

Portugal Telecom Primeiro trimestre 2010

Portugal Telecom

Relatório e contas consolidadas

Primeiro trimestre de 2010

01 Análise dos resultados consolidados	4
02 Evolução dos negócios	15
Mercado doméstico	15
Mercado internacional	24
Demonstrações financeiras consolidadas	29

As designações "PT", "Grupo Portugal Telecom", "Grupo PT", "Grupo" e "Empresa" referem-se ao conjunto das empresas que constituem a Portugal Telecom ou a qualquer uma delas, consoante o contexto.

Portugal Telecom

Portugal

Rede fixa	> Retalho, voz e dados para grandes empresas, ISP e banda larga [PT Comunicações 100%]
488,2 milhões de euros de receitas	> Voz e dados para PME [PT Prime 100%]
Móvel	> TMN 100%
345,9 milhões de euros de receitas	

Principais activos internacionais

			Receitas (milhões de euros)
Vivo 29,71%	> Brasil	> Móvel	1.767
Unitel 25% (*)	> Angola	> Móvel	255
CTM 28%	> Macau	> Fixo, móvel	59
MTC 34% (*)	> Namíbia	> Móvel	33
CVT 40% (*)	> Cabo Verde	> Fixo, móvel	17
Timor Telecom 41,12%	> Timor	> Fixo, móvel	9
CST 51% (*)	> São Tomé e Príncipe	> Fixo, móvel	3
UOL 28,78%	> Brasil	> ISP, conteúdos e Internet	74

^(*) Estas participações são detidas pela Africatel, a qual é controlada em 75% pela PT.

Empresas instrumentais

Serviços de sistemas e TI [PT Sistemas de Informação 100%]; Inovação, investigação e desenvolvimento [PT Inovação 100%]; Serviços administrativos e de gestão partilhada [PT PRO 100%]; Serviços de negociação [PT Compras 100%]; Call centers e serviços de telemarketing [PT Contact 100%]; Gestão de fundos de pensões [Previsão 82,05%]

Resultados Consolidados

Demonstração de resultados consolidados (1)		Milhões	de euros
	1T 10	1Т09	∆09/10
Receitas operacionais	1.773,4	1.604,5	10,5%
Rede fixa (2)	488,2	492,1	(0,8%)
Móvel Portugal • TM N (2)	345,9	370,1	(6,5%)
Móvel Brasil • Vivo (1)	883,4	703,7	25,5%
Outros e eliminações	56,0	38,7	44,8%
Custos operacionais, exc. PRBs e amortizações	1.140,1	1.001,9	13,8%
Custos com pessoal	198,6	161,6	22,9%
Custos directos dos serviços prestados	324,2	261,3	24,0%
Custos comerciais	277,0	262,5	5,5%
Outros custos operacionais	340,2	316,5	7,5%
EBITDA (3)	633,4	602,6	5,1%
Custos com benefícios de reforma (PRBs)	17,8	22,4	(20,5%)
Amortizações	377,8	326,2	15,8%
Resultado operacional (4)	237,8	254,0	(6,4%)
Outros custos (receitas)	10,7	2,7	292,0%
Custos do programa de redução de efectivos, líquidos	5,2	1,8	180,7%
Menos (mais) valias líquidas na alienação de imobilizado	0,0	0,5	(94,7%)
Outros custos (ganhos) líquidos	5,5	0,4	n.s.
Resultado antes de resultados fin. e impostos	227,0	251,2	(9,6%)
Custos (ganhos) financeiros	35,2	18,4	90,7%
Juros suportados líquidos	72,8	72,4	0,7%
Perdas (ganhos) em empresas associadas	(38,8)	(48,7)	(20,4%)
Outros custos (ganhos) financeiros líquidos	1,1	(5,2)	n.s.
Resultado antes de impostos	191,9	232,8	(17,6%)
Imposto sobre o rendimento	(62,7)	(55,5)	13,0%
Resultado das operações continuadas	129,1	177,3	(27,2%)
Prejuízos (lucros) atribuíveis a interesses minoritários	(28,8)	(10,9)	164,4%
Resultado consolidado líquido	100,3	166,4	(39,7%)

(1) Considerando um câmbio médio euro / real de 2,4917 no 1T10 e de 3,0168 no 1T09. (2) As receitas operacionais dos negócios de rede fixa e móvel doméstico reflectem o impacto da decisão regulamentar de diminuição das tarifas de terminação móvel (MTRs). Na TMN, este impacto ascendeu a 2,3 milhões de euros no 1T10. As receitas operacionais da rede fixa incluem o impacto da alteração no reconhecimento das penalidades contratuais a partir do 3Q09. (3) EBITDA = resultado operacional + PRBs + amortizações. (4) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efectivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos (ganhos) líquidos.

Receitas operacionais consolidadas

No 1T10, as receitas operacionais consolidadas aumentaram 10,5% face ao 1T09, para 1.773 milhões de euros, consequência do aumento das receitas dos negócios internacionais, nomeadamente da Vivo, da MTC na Namíbia e da Dedic, o negócio de contact centre e outsourcing da PT no Brasil, que mais do que compensou o desempenho das operações domésticas.

No 1T10, as receitas das operações domésticas diminuíram 3,6% face ao 1T09. O desempenho das receitas das operações domésticas foi negativamente impactado por menores vendas de equipamentos (8 milhões de

euros), menores MTRs (3 milhões de euros), por uma alteração no reconhecimento das penalidades contratuais no segmento da rede fixa (4 milhões de euros) e menores receitas de cliente na TMN. No entanto, o desempenho sequencial do negócio da rede fixa, quando comparado com o do 4T09, melhorou.

No 1T10, as receitas operacionais da rede fixa diminuíram 0,8% face ao 1T09, de 492 milhões de euros para 488 milhões de euros. Ajustando pelo impacto da alteração no reconhecimento da receita, conforme referido acima, as receitas da rede fixa ter-se-iam mantido estáveis face ao mesmo período do ano anterior, impulsionadas pelas receitas de retalho e apesar de menores receitas do segmento de wholesale e de dados e soluções empresariais. As receitas de retalho mantiveram-se relativamente estáveis em 244 milhões de euros no 1T10. Ajustando pelo impacto da alteração no reconhecimento de penalidades contratuais, as receitas de retalho da rede fixa teriam aumentado 1,2% face ao 1T09, suportadas pelo contínuo forte desempenho da oferta triple-play do Meo (voz, dados e televisão por subscrição), que continua a atenuar significativamente os desligamentos líquidos da rede fixa, que foram de 14 mil no 1T10 comparando com 30 mil no 1T09 e 59 mil no 1T08. Adicionalmente, os desligamentos líquidos das linhas geradoras de tráfego foram de 2 mil no 1T10, que comparam com 19 mil no 1T09, uma melhoria de quase 90%.

Na rede fixa, as adições líquidas de retalho ascenderam a 87 mil no 1T10, um aumento de 22,4% face ao 1T09, resultado do sucesso do Meo, a oferta triple-play da PT, que está a permitir a desaceleração da perda de linhas da rede fixa e ganhos na quota de mercado de banda larga. Os clientes de retalho de ADSL aumentaram 19,8% no 1T10 face ao 1T09, atingindo o total de 901 mil clientes. As adições líquidas de retalho foram de 39 mil no 1T10, em linha com a melhoria da tendência registada durante 2009 (38 mil adições líquidas em média por trimestre). A oferta Meo da PT continua a revelar uma forte procura no mercado. As adições líquidas de televisão por subscrição foram de 65 mil no 1T10 e o total de clientes foi de 646 mil, o equivalente a 71,7% de penetração na base de clientes de retalho ADSL, um aumento de 20,6pp face ao 1T09 e de 4,3pp face ao 4T09. As unidades geradoras de receitas de retalho (RGUs) por acesso aumentaram em 11,5%, no 1T10 face ao 1T09, para 1,57.

No 1T10, as receitas operacionais da TMN diminuíram em 24 milhões de euros (-6,5% face ao 1T09) para 346 milhões de euros, principalmente devido a: (1) menores receitas de cliente (6 milhões de euros), resultado de menores receitas de roaming-out e de clientes pré-pago, reflectindo as condições económicas adversas e uma melhoria sequencial do desempenho; (2) menores receitas de interligação (6 milhões de euros), em parte decorrente do impacto negativo de menores MTRs (2 milhões de euros), e (3) menores vendas de equipamentos (7 milhões de euros). As receitas de cliente pós-pago aumentaram em 2 milhões de euros, apesar das condições económicas adversas. As receitas de dados não-SMS continuaram a ser uma importante fonte de crescimento, suportadas pelo aumento de penetração de smartphones e de placas de banda larga móvel. As receitas de dados não-SMS aumentaram 10,0% no 1T10 face ao 1T09, representando agora 63,4% do total das receitas de dados. As receitas de dados representaram 23,3% das receitas de serviço, um aumento de 0,8pp face ao 1T09.

No 1T10, as receitas operacionais da Vivo aumentaram, face ao 1T09, 25,5% em euros e 3,7% em Reais Brasileiros, melhorando a evolução da receita observada no 4T09, suportada pelo contínuo crescimento da base de clientes (18,2% face ao 1T09) e das receitas de dados.

As outras receitas, incluindo as eliminações intra-grupo, aumentaram 44,8% no 1T10 face ao 1T09, principalmente devido ao melhor desempenho das receitas da Dedic, o negócio de contact centre e outsourcing da PT no Brasil, da MTC na Namíbia e da Timor Telecom, que mais do que compensou a

contracção das receitas da CVT em Cabo Verde, principalmente devido a condições regulatórias e económicas adversas.

Receitas por área geográfica ⁽¹⁾		Milhões	de euros
	π10	П09	∆09/10
Operações do mésticas (2)	797,2	827,3	(3,6%)
Brasil (1)(3)	916,5	724,6	26,5%
Outros e eliminações (4)	59,8	52,6	13,8%
Total das receitas operacionais	1.773,4	1.604,5	10,5%

⁽¹⁾ Considerando um câmbio médio euro/real de 2,4917 no 1710 e de 3,0168 no 1709. (2) As operações domésticas incluem o segmento de rede fixa, segmento móvel, PT Inovação, PT SI, PT Pro, PT Contact e PT Sales. (3) Inclui a Vivo e a Dedic, o negócio de call centre e outsourcing da PT. (4) Inclui activos internacionais consolidados integralmente, nomeadamente a MTC, CVT, CST e Timor Telecom, e as empresas holdings.

No 1T10, o contributo para as receitas operacionais dos activos internacionais, consolidados integral e proporcionalmente, foi de 55,4%, um aumento de 6,6pp face ao 1T09, e o Brasil representou 51,7% das receitas operacionais consolidadas, um aumento de 6,6pp face ao mesmo período do ano anterior.

Custos Operacionais Consolidados (excluindo PRBs e amortizações)

Os custos operacionais consolidados, excluindo custos com benefícios de reforma e amortizações, aumentaram 13,8% para 1.140 milhões de euros no 1T10, face a 1.002 milhões de euros no mesmo período do ano anterior. Ajustando pelo impacto da redução das MTRs e utilizando uma taxa de câmbio constante, os custos operacionais teriam aumentado 2,3% no 1T10 para 1.025 milhões de euros, principalmente em resultado de maiores contribuições: (1) da rede fixa (16 milhões de euros), devido ao aumento dos custos de suporte e apoio ao cliente, resultado de um contínuo aumento dos clientes de TV por subscrição, e ao aumento dos custos de programação; (2) da Vivo (14 milhões de euros), reflectindo o impacto do contínuo crescimento da base de clientes tanto ao nível dos serviços prestados como dos respectivos custos directos; e (3) do negócio de call center da Portugal Telecom no Brasil (7 milhões de euros). Estes efeitos foram parcialmente compensados por uma redução na TMN (19 milhões de euros), em resultado do rígido controlo de custos e enfoque na rentabilidade das operações.

Os custos com o pessoal aumentaram 22,9% para 199 milhões de euros no 1T10, essencialmente em resultado de maiores contribuições: (1) da Vivo, reflectindo o impacto da apreciação do Real Brasileiro e da internalização de determinadas actividades relacionadas com marketing e vendas, as quais anteriormente se encontravam terciarizadas; e (2) da operação de call center no Brasil, no seguimento dos investimentos efectuados no 1T10 para a expansão deste negócio. Utilizando uma taxa de câmbio constante, os custos com pessoal teriam aumentado 13,2% para 183 milhões de euros no 1T10. Os custos com pessoal representaram 11,2% das receitas operacionais consolidadas.

Os custos directos aumentaram 24,0% para 324 milhões de euros no 1T10 e representaram 18,3% das receitas operacionais consolidadas. Este crescimento é explicado essencialmente por maiores contribuições por parte: (1) da Vivo (59 milhões de euros), reflectindo o impacto da apreciação do Real Brasileiro (33 milhões de euros) e aumento nos custos de interligação e nos custos de circuitos relacionados com a rede 3G; e (2) da rede fixa (2 milhões de euros), com o aumento nos custos de programação (10 milhões de euros), relacionado com o desenvolvimento dos serviços de televisão por subscrição, a ser parcialmente compensado pela redução nos custos de interligação, reflectindo basicamente o impacto da redução das MTRs.

Os custos comerciais aumentaram 5,5% para 277 milhões de euros no 1T10 e representaram 15,6% das receitas operacionais consolidadas. Utilizando uma taxa de câmbio constante, de forma a ajustar o impacto da apreciação do Real Brasileiro, os custos comerciais teriam diminuído 7,5% no 1T10 para 243 milhões de euros. Esta diminuição ficou a dever-se a reduções: (1) na TMN (16 milhões de euros), em resultado do enfoque na redução da variedade de equipamentos que integram o portfólio da TMN, do aumento do número de equipamentos exclusivos e também de um menor custo com a aquisição e retenção de clientes; e (2) na Vivo (13 milhões de euros), devido essencialmente a uma diminuição nos custos das mercadorias vendidas, devido à redução das vendas e à maior aceitação das ofertas assentes apenas em cartão SIM, e não obstante o aumento das comissões unitárias, em resultado do crescimento significativo das vendas de modems e smartphones com planos de dados associados.

Os outros custos operacionais, que incluem essencialmente serviços de suporte, fornecimentos e serviços externos, impostos indirectos e provisões, aumentaram 7,5% para 340 milhões de euros no 1T10, face a 316 milhões de euros no mesmo período do ano anterior. Utilizando uma taxa de câmbio constante, de forma a ajustar o impacto da apreciação do Real Brasileiro (33 milhões de euros), os outros custos operacionais teriam diminuído 3,2% para 306 milhões de euros no 1T10, essencialmente em resultado de uma menor contribuição por parte dos negócios domésticos, reflectindo a decisão de suspender o programa de redução de efectivos e enfoque na internalização, não obstante o aumento dos custos de suporte e apoio ao cliente relacionados com o forte crescimento no negócio de televisão por subscrição. Relativamente à Vivo e ajustando pelo efeito da apreciação do Real Brasileiro, os outros custos operacionais ter-se-iam mantido estáveis, com o aumento nas taxas de espectro, em linha com o aumento da base de clientes, a ser compensado pelos efeitos decorrentes do controlo de custos e da internalização de determinadas actividades de marketing e vendas que anteriormente se encontravam terciarizadas.

EBITDA

O EBITDA aumentou 5,1%, no 1T10 face ao 1T09, para 633 milhões de euros, equivalente a uma margem de 35,7%. O desempenho do EBITDA no período foi impulsionado pelo crescimento na Vivo e nos outros activos internacionais, que foi parcialmente compensado pela diminuição nas operações domésticas, resultante de uma diminuição da receita da TMN, apesar do forte controlo de custos e maior eficiência e pelo investimento na implementação das ofertas triple-play.

EBITDA por segmento de negócio (1)(2)	NTDA por segmento de negócio ⁽¹⁾⁽²⁾		le euros
	1Т 10	1Т09	∆09/10
Rede fixa	188,5	208,1	(9,4%)
Móvel Portugal • TMN	164,1	169,7	(3,3%)
Móvel Brasil • Vivo (1)	256,3	203,6	25,8%
Outros e eliminações	24,4	21,0	16,2%
EBITDA total (2)	633,4	602,6	5,1%
Margem EBITDA (%)	35,7	37,6	(1,8pp)
Operações domésticas (3)	351,5	376,2	(6,6%)
Brasil (1)(4)	259,3	205,2	26,4%
Outros (5)	22,6	21,1	6,7%

(1) Considerando um câmbio médio euro/real de 2,4917 no 1T10 e de 3,0168 no 1T09. (2) EBITDA = resultado operacional + custos com benefícios de reforma + amortizações. (3) As operações domésticas incluem o segmento de rede fixa, segmento móvel, PT inovação, PT SI, PT Pro, PT Contact e a PT Sales. (4) Inclui essencialmente a Vivo e a Dedic. (5) Inclui os activos internacionais consolidados integralmente, nomeadamente a MTC, CVT, CST e Timor Telecom, e as empresas holdings.

O EBITDA da rede fixa ascendeu a 189 milhões de euros no 1T10, equivalente a uma margem de 38,6%. A margem EBITDA continuou a ser afectada, principalmente, por maiores custos de programação, de aquisição de clientes e de suporte relacionados com a implementação das ofertas triple-play. No 1T10, os custos com pessoal no segmento da rede fixa diminuíram 1,3% face ao 1T09. Como resultado da suspensão do programa de redução de efectivos, as responsabilidades com benefícios de reforma projectadas relativas a salários a pagar a pré-reformados e empregados suspensos diminuiu 2,6% face ao 1T09 (21 milhões de euros) e os respectivos pagamentos foram mais baixos em 7,9% (3 milhões de euros no período).

No 1T10, o EBITDA da TMN diminuiu 3,3% face ao 1T09, para 164 milhões de euros, resultado, principalmente, de menores receitas de cliente, apesar da melhoria sequencial face ao 4T09. Em resultado de um forte enfoque no corte de custos de forma a aumentar a eficiência, a margem EBITDA atingiu 47,4%, um aumento de 1,6pp quando comparada com o 1T09.

No 1T10, o EBITDA da Vivo aumentou 25,8% face ao 1T09, impulsionado pelo aumento da base de clientes e pela apreciação do real. O EBITDA da Vivo, em reais, aumentou 3,9% no mesmo período e face ao período homólogo do ano anterior. A margem EBITDA da Vivo foi de 29,0% no 1T10, uma melhoria de 0,1pp face ao 1T09 num cenário de forte crescimento da base de clientes. No 1T10, as adições líquidas aumentaram 216,6%, para 2.205 mil, enquanto a quota de adições líquidas no trimestre foi de 42,8%.

O EBITDA dos outros negócios aumentou 16,2% no 1T10 face ao 1T09, para 24 milhões de euros, maioritariamente em resultado da melhoria do desempenho da MTC na Namíbia e da Dedic, o negócio de contact centre e outsourcing da PT no Brasil.

Os activos internacionais, consolidados integral e proporcionalmente, contribuíram com 46,9% para o EBITDA consolidado da PT no 1T10. Os negócios no Brasil representaram 40,9% do EBITDA no período. Os negócios em África consolidados integralmente representaram 4,8% do EBITDA do trimestre.

Resultado líquido

Os custos com benefícios de reforma totalizaram 18 milhões de euros no 1T10, face a 22 milhões de euros no 1T09. A diminuição de 20,5% é, principalmente, explicada por: (1) redução de 105 milhões de euros das responsabilidades brutas ocorrida em 2009, no seguimento da suspensão do programa de redução de efectivos; (2) aumento em 2009 do valor dos activos dos fundos, de 2.132 milhões de euros para 2.370 milhões de euros, resultado do desempenho dos activos dos fundos e dos contributos realizados para o fundo de pensões, e (3) a redução da taxa de desconto de 5,75% para 5,50%.

As amortizações aumentaram 15,8% face ao 1T09, para 378 milhões de euros, reflectindo uma maior contribuição da: (1) Vivo, que representou 77,4% do aumento das amortizações, principalmente devido à apreciação do Real Brasileiro, e (2) rede fixa em Portugal, consequência dos investimentos realizados na implementação do serviço de televisão por subscrição. As amortizações no 1T10 incluem a amortização da rede CDMA da Vivo, que deverá estar totalmente amortizada no final do 1S10.

Os custos com o programa de redução de efectivos ascenderam a 5 milhões de euros no 1T10, comparando com 2 milhões de euros 1T09. O baixo valor de custos com o programa de redução de efectivos, quer no 1T10 quer no 1T09, é explicado pela decisão de suspender o programa de redução de efectivos, o que se

reflecte continuamente quer em menores pagamentos de salários a pré-reformados e empregados suspensos, bem como em menores responsabilidades com estes benefícios.

Os juros líquidos suportados, no 1T10, ficaram estáveis em 73 milhões de euros, apesar da diminuição do custo da dívida da Vivo, no seguimento da reestruturação da dívida, relacionada com a aquisição das licenças 3G, ocorrida em 2009. O custo da dívida líquida consolidada ficou estável face ao 1T09 em 5,2%.

Os ganhos em empresas associadas no 1T10 ascenderam a 39 milhões de euros. No 1T09, esta rubrica incluiu a participação da PT nos resultados da Médi Télécom, a qual foi alienada no 4T09. Ajustando pelo contributo da Médi Télécom no 1T09 e pela depreciação do Kwanza face ao Euro ocorrida entre os dois períodos, os ganhos registados com empresas associadas teriam permanecido relativamente estáveis, em 46 milhões de euros.

As outras perdas financeiras líquidas, que incluem ganhos com variações cambiais, ganhos líquidos em activos financeiros e outras despesas financeiras, ascenderam a 1 milhão de euros no 1T10, face a ganhos líquidos de 5 milhões de euros no 1T09. Os ganhos líquidos com variações cambiais, que estão maioritariamente relacionados com o impacto positivo da apreciação do dólar face ao euro em activos denominados em dólares, ascenderam a 3 milhões de euros no 1T10 (ganhos líquidos de 6 milhões de euros no 1T09). Os ganhos líquidos em activos financeiros totalizaram 0,4 milhões de euros no 1T10, que comparam com 5 milhões de euros no 1T09. As outras despesas financeiras, que incluem serviços bancários, descontos financeiros e outros custos de financiamento, diminuíram para 4 milhões de euros no 1T10 face a 7 milhões de euros no mesmo período do ano anterior.

A estimativa para impostos sobre o rendimento aumentou para 63 milhões de euros no 1T10 de 56 milhões de euros no 1T09, correspondente a uma taxa efectiva de 32,7% e de 23,8%, respectivamente. O aumento na taxa efectiva de imposto é, principalmente, explicado por certos ganhos registados no 1T09 relacionados com o reconhecimento de prejuízos fiscais de anos anteriores (4 milhões de euros) e com o ajustamento à estimativa para impostos sobre o rendimento do ano 2008 (6 milhões de euros).

O lucro atribuível aos interesses minoritários aumentou em 18 milhões de euros no 1T10, para 29 milhões de euros, reflectindo, maioritariamente, o aumento dos interesses minoritários da Vivo (8 milhões de euros) e dos negócios em África (11 milhões de euros). O aumento dos interesses minoritários da Vivo está, basicamente, relacionado com a melhoria dos seus resultados durante o período em análise e com a apreciação do Real Brasileiro, enquanto o aumento dos interesses minoritários da Africatel é, principalmente, explicado por um ganho extraordinário no montante de 14 milhões de euros reconhecido no 1T09, o qual está relacionado com a transferência legal da PT Ventures para a Africatel.

O resultado líquido diminuiu 39,7% no 1T10, para 100 milhões de euros, face a 166 milhões de euros no 1T09, com a melhoria do EBITDA a ser mais do que compensada por aumentos nas amortizações, nos impostos sobre o rendimento e nos interesses minoritários e por uma redução nos ganhos com empresas associadas.

Capex

O capex aumentou 2,3% (5 milhões de euros) no 1T10 face ao 1T09, para 229 milhões de euros, o equivalente a 12,9% das receitas, em resultado do contínuo investimento em tecnologias de futuro, no

crescimento de clientes na rede fixa e no negócio de contact center da PT no Brasil, o que mais do que compensou a redução do capex na Vivo e na TMN.

Capex por segmento de negócio ⁽¹⁾		M ilhões d	de euros
	1Т 10	1Т09	∆09/10
Rede fixa	112,4	101,4	10,9%
Móvel Portugal • TMN (2)	23,5	24,5	(4,3%)
Móvel Brasil • Vivo (1)	66,0	86,6	(23,8%)
Outros	27,1	11,3	139,0%
Capextotal	229,0	223,8	2,3%
Capex em % das receitas o peracionais (%)	12,9	13,9	(1,0pp)

(1) Considerando um câmbio médio euro/real de 2,4917 no 1T10 e 3,0168 no 1T09. (2) Exclui os compromissos adicionais nos termos da licença UMTS (11,5 milhões de euros no 1T09).

O capex da rede fixa aumentou de 101 milhões de euros no 1T09 para 112 milhões de euros no 1T10, em resultado da implementação da rede de fibra, que representa uma tecnologia de futuro e permite maior largura de banda quer para clientes residenciais quer empresariais, e do investimento em serviços de IPTV relacionado nomeadamente com o crescimento da base de clientes. No final do 1T10, a PT tinha alcançado 1 milhão de casas disponíveis ou em construção com fibra até casa do cliente.

O capex da TMN diminuiu 4,3% no 1T10 face ao 1T09, para 23 milhões de euros. A diminuição do capex da TMN é, principalmente, explicada pelo enfoque na geração de cash-flow, num cenário de elevada qualidade da rede e serviços disponibilizados aos clientes. Com efeito, no 1T10, a TMN foi considerada pelo regulador português de telecomunicações, ANACOM, como o operador com melhor cobertura 3G em Portugal e com a maior taxa de chamadas terminadas em voz e vídeo 3G nos centros urbanos.

O capex da Vivo diminuiu 23,8% no 1T10 face ao 1T09, para 66 milhões de euros, apesar da apreciação do real. O capex da Vivo em reais diminuiu 37,0%, para 329 milhões de reais. O capex da Vivo foi direccionado para: (1) aumento da capacidade de rede de forma a suportar o acelerado crescimento do tráfego de voz na rede 2G; (2) expansão da cobertura das redes 3G e 3,5G, e (3) melhoria da qualidade da rede para continuar a ser a rede mais fiável e de melhor qualidade no Brasil. As redes 3G e 3,5G da Vivo cobrem 594 municípios e mais de 61% da população brasileira. Adicionalmente, a Vivo continua a liderar em todas as métricas de qualidade definidas pelo regulador brasileiro das telecomunicações, Anatel. O capex da Vivo representou 7,5% das receitas, diminuindo 4,8pp quando comparado com o 1T09.

No 1T10, o capex dos outros negócios aumentou para 27 milhões de euros, face a 11 milhões de euros no 1T09, consequência, maioritariamente, dos investimentos realizados no 1T10 na expansão da empresa Dedic, o negócio de contact centre e outsourcing da PT no Brasil, incluindo a construção de novos sites.

Cash Flow

O cash flow operacional ascendeu a 66 milhões de euros no 1T10, face a 76 milhões de euros no 1T09, com o aumento do investimento em fundo de maneio (33 milhões de euros) a mais do que compensar a melhoria no EBITDA menos capex (26 milhões de euros). O aumento do investimento em fundo de maneio é, principalmente, atribuível à Vivo, em consequência, essencialmente, do aumento do pagamento anual das taxas Fistel (30 milhões de euros), efectuado no primeiro trimestre do ano, em linha com o aumento da base de clientes da Vivo. Este efeito foi parcialmente compensado pela redução do investimento em fundo de

maneio relacionado com capex, uma vez que o capex no 4T09 foi menor do que o capex no 4T08, resultando em menores pagamentos a fornecedores de imobilizado no 1T10.

No 1T10, o free cash flow foi sazonalmente negativo, no montante de 57 milhões de euros, face a 92 milhões de euros negativos no mesmo período do ano anterior, uma vez que, tipicamente, os investimentos em fundo de maneio e os pagamentos de juros são mais elevados no primeiro trimestre do ano, enquanto os dividendos recebidos são maiores no segundo semestre do ano. A melhoria apresentada é, principalmente, explicada por: (1) reembolso de 75 milhões de euros no 1T10, relacionado com o excesso de financiamento dos fundos associados ao plano de saúde; (2) menores pagamentos de salários a pré-reformados, empregados suspensos e outros (3 milhões de euros), e (3) menores pagamentos de juros em Portugal (8 milhões de euros). Estes efeitos foram, parcialmente, compensados por: (1) redução do cash flow operacional como explicada acima, e (2) aumento dos impostos sobre o rendimento pagos (23 milhões de euros), principalmente pela Vivo, no seguimento da melhoria dos seus resultados e da apreciação do real.

Free cash flow		M ilhões	de euros
	1T 10	1Т09	∆09/10
EBITDA menos Capex	404,4	378,8	6,8%
Itens não monetários	27,9	31,5	(11,6%)
Variação do fundo de maneio	(366,5)	(333,8)	9,8%
Cash flow operacional	65,7	76,5	(14,1%)
Juros	(120,1)	(127,7)	(6,0%)
Pagamentos e contribuições relativos a PRBs, líquido de reembolsos	68,5	(8,2)	n.s.
Pagamentos a colaboradores pré-reformados, suspensos e outros	(35,6)	(38,6)	(7,9%)
Impostos sobre o rendimento	(32,7)	(9,2)	254,1%
Dividendos recebidos	8,4	7,9	6,4%
Outros movimentos	(11,3)	7,5	n.s.
Free cash flow	(57,0)	(91,8)	37,9%

Dívida líquida consolidada

A dívida líquida consolidada ascendeu a 5.660 milhões de euros à data de 31 de Março de 2010, em comparação com 5.528 milhões de euros a 31 de Dezembro de 2009, um aumento de 132 milhões de euros, reflectindo, principalmente: (1) o free cash flow negativo gerado no período (57 milhões de euros); (2) o impacto da apreciação do Real Brasileiro (30 milhões de euros), e (3) a consolidação da dívida líquida da GPTI no montante de 31 milhões de euros.

Em 31 de Março de 2010, a dívida bruta consolidada ascendia a 7.797 milhões de euros, dos quais 89,8% correspondia a médio ou longo prazo. À mesma data, 87,4% do total da dívida estava denominada em euros e 12,6% em Reais Brasileiros. A dívida da Vivo está denominada em Reais Brasileiros ou convertida para Reais Brasileiros através de contratos de derivados. Ainda no final de Março de 2010, 72,2% da dívida bruta e 99,4% da dívida líquida vencia juros a taxa fixa.

O valor de disponibilidades de caixa e equivalentes das operações domésticas, mais o montante total disponível em linhas de crédito e papel comercial não utilizados ascendeu a 2.937 milhões de euros no final de Março de 2010, dos quais 1.134 milhões de euros eram relativos a linhas de crédito e papel comercial não utilizados.

Variação da dívida líquida	M ilhões (de euros
	1Т 10	1Т09
Dívida líquida (saldo inicial)	5.528,0	5.571,3
Free cash flow (a subtrair)	(57,0)	(91,8)
Alterações no perímetro de consolidação	30,8	0,0
Compromissos relacionados com activos fixos (1)	0,0	11,5
Outros (2)	14,2	10,3
Dívida líquida (saldo final excl. efeito cambial)	5.630,0	5.684,8
Efeitos de conversão cambial da dívida	29,7	55,8
Dívida líquida (saldo final)	5.659,8	5.740,6
Variação da dívida líquida	131,8	169,4
Variação da dívida líquida (%)	2,4%	3,0%

(1) No 1709, esta rubrica estava relacionada com os compromissos adicionais nos termos da licença UMTS da TMN. (2) Esta rubrica inclui essencialmente: (i) 13 milhões de euros relativos a dividendos pagos pelas subsidiárias consolidadas integralmente pela PT a interesses minoritários (20 milhões de euros no 1709), e (ii) no 1709, 13 milhões de euros relativos à participação de accionistas minoritários no aumento de capital da Vivo Participações.

No 1T10, o custo médio da dívida da PT manteve-se estável face ao 1T09 em 5,2%. Excluindo o Brasil, o custo médio da dívida da PT foi de 4,8% no 1T10. Em 31 de Março de 2010, a dívida líquida da PT tinha uma maturidade de 6,4 anos, enquanto excluindo a Vivo era de 6,5 anos. A maturidade do próximo empréstimo obrigacionista (1.300 milhões de euros) ocorre em 26 de Março de 2012. No 1T10, o rácio de cobertura do EBITDA pela dívida líquida era de 2,2 vezes e o rácio de cobertura dos encargos financeiros pelo EBITDA era de 8,7 vezes.

Responsabilidades com benefícios de reforma

Em 31 de Março de 2010, as responsabilidades projectadas com benefícios de reforma (PBO) relativas a pensões e cuidados de saúde ascendiam a 3.049 milhões de euros e o valor de mercado dos activos sob gestão ascendia a 2.293 milhões de euros. Adicionalmente, a PT tinha responsabilidades sob a forma de salários devidos a empregados suspensos e pré-reformados no montante de 771 milhões de euros, as quais não estão sujeitas a qualquer requisito legal para efeitos de financiamento. Estes salários são pagos mensalmente pela PT directamente aos beneficiários até à idade de reforma. Assim, as responsabilidades não financiadas brutas ascendiam a 1.526 milhões de euros. As responsabilidades não financiadas líquidas de impostos ascendiam a 1.122 milhões de euros. Os planos de benefícios de reforma da PT relativos a pensões e cuidados de saúde estão fechados à entrada de novos participantes.

Responsabilidades com benefícios de reforma		M ilhões de euros
	31de Março de 2010	31de Dezembro de 2009
Responsabilidades com pensões	2.714,0	2.710,2
Responsabilidades com cuidados de saúde	334,8	335,3
Resp. projectadas com benefícios de reforma (PBO)	3.048,8	3.045,5
Valor de mercado dos fundos (1)	(2.293,2)	(2.369,5)
Resp. não financ. c/ pensões e cuidados de saúde	755,6	675,9
Salários pagos a empregados suspensos e pré-reformados	770,7	791,4
Responsabilidades não financiadas brutas	1.526,3	1.467,4
Resp. não financiadas líquidas do efeito fiscal	1.121,8	1.078,5
Ganhos com serviços passados não reconhecidos	22,9	23,4
Provisão para benefícios de reforma	1.549,2	1.490,8

(1) A alteração no valor de mercado dos fundos resultou do desempenho positivo dos activos sob gestão no montante de 31,8 milhões de euros (equivalente a 1,4% no 1T10), que foi parcialmente compensado pelos pagamentos de pensões e suplementos no montante de 34,7 milhões de euros e pelo reembolso do excesso de financiamento do fundo associado ac plano de saúde no montante de 75 milhões de euros.

O total das responsabilidades não financiadas brutas aumentou 59 milhões de euros, para 1.526 milhões de euros em 31 de Março de 2010, em resultado do reembolso de 75 milhões de euros, relacionado com o excesso de financiamento do fundo associado ao plano de saúde, que mais do que compensou a redução das responsabilidades com os salários a pagar a empregados suspensos e pré-reformados (21 milhões de euros), devido principalmente aos pagamentos realizados durante o trimestre e à suspensão do programa de redução de efectivos.

Variação nas responsabilidades não financiadas brutas		M ilhões de euros
	π10	П09
Responsabilidades não financiadas brutas (saldo inicial)	1.467,4	1809,9
Custos com benefícios de reforma (PRBs)	18,3	22,9
Custos do programa de redução de efectivos	5,2	1,8
Reembolsos (contribuições) para os fundos de pensões (1)	68,5	(8,2)
Pagamentos a colaboradores pré-reformados, suspensos e outros	(35,6)	(38,6)
Ganhos líquidos actuariais (2)	2,5	73,0
Responsabilidades não financiadas brutas (saldo final)	1.526,3	1.860,8
Responsabilidades não financiadas líquidas de impostos	1.121,8	1.367,7

(1) No 1710, esta rubrica inclui: (i) pagamentos por acordo de rescisão contratual no montante de 0,5 milhões de euros, (ii) reembolsos do excesso de financiamento do plano de saúde no montante de 75 milhões de euros, (iii) pagamento de despesas de saúde no montante de 5,7 milhões de euros, e (iv) contribuições para os fundos de pensões de 0,3 milhões de euros. (2) No 1710, esta rubrica é, sobretudo, explicada pela diferença entre a rentabilidade real (31,8 milhões de euros, equivalente a 1,4% no 1710) e a rentabilidade esperada dos activos (6% numa base anual).

Custos com benefícios de reforma		M ilhões de euros
	1Τ10	1Т09
Serviço do ano	2,0	1,7
Custo financeiro (1)	50,5	54,1
Rentabilidade esperada dos fundos (2)	(34,2)	(32,9)
Sub-total	18,3	22,9
Amortização de ganhos com serviços passados	(0,5)	(0,5)
Custos com benefícios de reforma (PRBs)	17,8	22,4

(1) A diminuição do custo financeiro é explicada pela redução do PBO ocorrida em 2009 e pela redução da taxa de desconto de 5,75% para 5,50%. (2) O aumento da rentabilidade esperada dos activos é explicado pelo desempenho positivo dos activos dos fundos ocorrido durante 2009.

Capital próprio

Em 31 de Março de 2010, o capital próprio excluindo interesses minoritários ascendeu a 1.551 milhões de euros. O aumento de 234 milhões de euros no 1T10 é explicado pelo: (1) resultado líquido gerado no período no montante de 100 milhões de euros, e (2) ajustamentos de conversão cambial positivos no montante de 152 milhões de euros, principalmente relacionados com a valorização do Real Brasileiro face ao euro.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da empresa preparadas de acordo com os princípios contabilísticos aplicáveis em Portugal (SNC – Sistema de Normalização Contabilística). Em 31 de Março de 2010, as reservas distribuíveis ascendiam a 718 milhões de euros.

Variação no capital próprio (excluindo interesses minoritários)	M ilhões de euros
	1T 10
Capital próprio antes de interesses minoritários (saldo inicial)	1.317,5
Resultado líquido	100,3
Ajustamentos de conversão cambial	152,1
Ganhos (perdas) actuariais líquidos, líquidos do efeito fiscal	(1,8)
Outros	(16,8)
Capital próprio antes de interesses minoritários (saldo final)	1.551,3
Variação no capital próprio antes de interesses minoritários	233,8
Variação no capital próprio antes de interesses minoritários (%)	17,7%

Demonstração da posição financeira consolidada

Em 31 de Março de 2009, a exposição líquida (activo menos passivo) ao Brasil ascendia a 3.288 milhões de euros (7.905 milhões de reais). Em 31 de Março de 2010, os activos denominados em reais na demonstração da posição financeira da PT ascendiam a 6.630 milhões de euros (15.940 milhões de reais), equivalente a 41,9% do total do activo.

O aumento no total do activo e do passivo no 1T10 é devido ao impacto da apreciação do Real Brasileiro face ao euro e por determinados empréstimos obtidos no 1T10, que levaram ao aumento quer da dívida bruta quer das disponibilidades.

Demonstração da posição financeira consolidada (1)	M ilhões de euros			
	31de Março de 2010	31de Dezembro de 2009		
Disponibilidades e títulos negociáveis	2.137,0	1.518,0		
Contas a receber	1.676,0	1.538,4		
Existências	213,1	239,9		
Investimentos financeiros	669,7	614,1		
Activos intangíveis	4.133,4	4.046,7		
Activos tangíveis	4.872,0	4.862,2		
Activos dos planos de benefícios de reforma (2)	1,3	67,6		
Outros activos	836,6	783,7		
Impostos diferidos e custos diferidos	1.283,3	1.160,7		
Total do activo	15.822,6	14.831,2		
Contas a pagar	1.199,6	1.338,6		
Dívida bruta	7.796,8	7.046,0		
Responsabilidades com planos de benefícios de reforma	1.550,5	1.558,3		
Outros passivos	1.667,0	1.597,2		
Impostos diferidos e proveitos diferidos	909,9	906,3		
Total do passivo	13.123,8	12.446,4		
Capital, excluindo interesses minoritários	1.551,3	1.317,5		
Interesses minoritários	1.147,5	1.067,3		
Total do capital próprio	2.698,8	2.384,8		
Total do capital próprio e do passivo	15.822,6	14.831,2		

(1) Considerando um câmbio euro/real de 2,4043 em 31 de Março de 2010 e 2,5113 em 31 de Dezembro de 2009. (2) A redução nos activos com planos de benefícios de reforma está relacionada com o reembolso de 75 milhões de euros do excesso de financiamento dos fundos apurado a 31 de Dezembro de 2009.

Mercado doméstico

As receitas das operações domésticas, que incluem a rede fixa e a TMN, decresceram 3,6%, face ao mesmo período no ano anterior, no seguimento da diminuição das receitas na TMN, devido a: (1) no 1T10 menores vendas de equipamentos (7 milhões de euros), menores receitas de interligação (6 milhões de euros), principalmente devido a menores MTRs, e (3) menores receitas de clientes (6 milhões de euros), em resultado das condições económicas, apesar de uma melhoria sequencial na tendência observada no 4T09. As receitas da rede fixa diminuíram 0,8%, face ao mesmo período no ano anterior, em resultado da alteração no reconhecimento das penalidades contratuais (4 milhões de euros) e menores MTRs (1 milhão de euros). Excluindo o primeiro efeito mencionado, as receitas na rede fixa ter-se-iam mantido estáveis face ao 1T09, suportadas pelas receitas de retalho, apesar de menores receitas de dados, wholesale e do segmento empresarial.

Demonstração de resultados • operações domésticas (1)		Milhões	de euros
	1T 10	П09	∆09/10
Receitas operacionais	797,2	827,3	(3,6%)
Rede fixa	488,2	492,1	(0,8%)
Móvel Portugal • TM N	345,9	370,1	(6,5%)
Outros e eliminações	(36,9)	(34,8)	6,0%
EBITDA (2)	351,5	376,2	(6,6%)
Custos com benefícios de reforma (PRBs)	17,8	22,4	(20,5%)
Amortizações	159,7	151,3	5,5%
Resultado operacional (3)	174,0	202,4	(14,1%)
Margem EBITDA	44,1%	45,5%	(1,4pp)
Capex (4)	138,7	127,0	9,2%
Capex em %das receitas o peracionais	17,4%	15,4%	2,0pp
EBITDA menos Capex	212,8	249,2	(14,6%)

(1) As operações domésticas incluem os segmentos de rede fixa e móvel doméstico, a PT Inovação, PT SI, PT Pro, PT Contact e PT Sales. (2) EBITDA = resultado operacional + custos com benefícios de reforma + amortizações. (3) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efectivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos líquidos. (4) Exclui os compromissos adicionais nos termos da licença UMTS (11,5 milhões de euros em 1709).

O EBITDA diminuiu 6,6% no 1T10, face ao mesmo período no ano anterior, para 351 milhões de euros, equivalente a uma margem de 44,1%. Este desempenho é principalmente explicado por: (1) forte crescimento no serviço de TV por subscrição, o que resultou em maiores custos comerciais e de programação; (2) maiores custos de apoio ao cliente e de suporte, devido à evolução do negócio da TV por subscrição e da banda larga móvel, (3) menores MTRs, e (4) suspensão do programa de redução de efectivos com enfoque na internalização, com impacto positivo nos pagamentos a colaboradores suspensos e pré- reformados. O capex no negócio doméstico aumentou 9,2%, face ao mesmo período no ano anterior, para 139 milhões de euros. O capex doméstico foi principalmente direccionado para: (1) investimento contínuo em TV por subscrição e FTTH, tecnologias e serviços orientados para o futuro abrindo caminho para um crescimento futuro na rede fixa, e (2) investimentos em redes 3G e 3,5G no negócio móvel doméstico.

Rede fixa

As adições líquidas de retalho, no 1T10, atingiram 89 mil, um aumento de 5,9%, face ao 1T09, em resultado de um crescimento significativo do serviço de TV por subscrição, que contabilizou 65 mil adições líquidas, tendo atingido assim um total de 646 mil clientes de TV por subscrição (um aumento de 68,1%, face a 1T09). As adições líquidas no ADSL no trimestre mantiveram-se em 39 mil, tendo a base de clientes ADSL aumentado 19,8%, face ao 1T09. A tendência robusta de crescimento do ADSL continua a ser impulsionada pelo crescimento sólido e contínuo na TV por subscrição. As linhas geradoras de tráfego diminuíram apenas 2 mil, no 1T10, reflectindo o impacto positivo das ofertas de TV por subscrição na evolução da perda de linhas. No trimestre, os desligamentos líquidos de linhas de voz atingiram apenas 14 mil, melhorando sequencialmente, incluindo 12 mil desligamentos líquidos de linhas em pré-selecção. Este desempenho marca uma clara melhoria relativamente ao mesmo período do ano anterior (-53,3%), onde se observaram 30 mil desligamentos líquidos, consolidando assim a melhoria nos indicadores chave de desempenho operacional observados em 2009. A penetração de clientes de TV por subscrição situa-se nos 24,7% das linhas geradoras de tráfego (+10,2pp face ao 1T09) e 71,7% da base de clientes ADSL (+20,6pp face ao 1T09), um desempenho sólido tendo em consideração que o serviço de TV por subscrição foi lançado, em termos nacionais, apenas em Abril de 2008.

	1Τ 10	1Т09	∆09/10
Acessos ('000)	4.674	4.369	7,0%
Acessos de retalho	4.279	3.949	8,4%
PSTN/RDIS	2.732	2.813	(2,9%
Linhas geradoras de tráfego	2.610	2.649	(1,5%
Pré-selecção	122	163	(25,3%
ADSL retalho	901	752	19,8%
Clientes de TV	646	384	68,1%
Acessos de wholesale	395	420	(6,0%
Lacetes locais desagregados	278	301	(7,4%
Acessos ORLA	64	69	(7,0%
ADSL wholesale	53	50	4,29
Adições líquidas ('000)	87	71	22,49
Acessos de retalho	89	84	5,9%
PSTN/RDIS	(14)	(30)	(53,3%
Linhas geradoras de tráfego	(2)	(19)	(89,1%
Pré-selecção	(12)	(11)	8,4%
ADSL retalho	39	42	(8,5%
Clientes de TV	65	72	(10,2%
Acessos de wholesale	(3)	(14)	(80,3%
Lacetes locais desagregados	(2)	(4)	(53,7%
Acessos ORLA	1	(7)	n.s
ADSL wholesale	(1)	(2)	(46,4%
RGU de retalho por acesso (1)	1,57	1,40	11,5%
ARPU (euros)	30,3	29,9	1,1%
Tráfego total (milhões de minutos)	2.724	2.846	(4,3%
Tráfego de retalho	1.166	1.213	(3,8%
Tráfego de wholesale	1557	1.634	(4,7%
Trabalhadores	6.479	6.219	4,29

(1) Acessos de retalho por acessos PSTN/RDIS

O número de RGU por acesso, medido pelo número de acessos de retalho por acesso PSTN/RDIS, continuou a aumentar com a implementação da oferta de TV por subscrição, tendo atingido 1,57 no 1T10, o que compara com 1,53 no 4T09 e 1,40 no 1T09.

Os acessos de operadores concorrentes, que incluem os acessos wholesale e em pré-selecção, diminuíram 15 mil no 1T10, reflectindo a diminuição dos acessos em pré-selecção (-12 mil) e dos acessos de lacete local desagregado (-3 mil).

Durante o trimestre, o Meo implementou uma nova versão de software em todas as suas set-top boxes IPTV, oferecendo assim uma experiência de utilização melhorada e com mais funcionalidades para os seus clientes Meo. Na sequência de uma detalhada e cuidada análise dos padrões de utilização, o Meo actualizou o seu design e interface de utilizador para promover uma ainda melhor, mais fácil e mais intuitiva experiência de utilização. Em alguns dos serviços mais utilizados, de que é exemplo o PVR, o Meo lançou novas funcionalidades. Adicionando funcionalidades exclusivas à gravação remota e à gravação de series, o Meo agora disponibiliza também uma experiência de gravação multi-room. Esta actualização foi suportada por uma forte campanha de marketing enfocada na nova experiência Meo, reenfatizando o posicionamento como a mais inovadora oferta de TV por subscrição no mercado Português.

Em resultado, o Meo disponibiliza actualmente várias funcionalidades diferenciadoras da sua oferta, incluindo: (1) Video-on-demand (VoD) real, com funcionalidades semelhantes às do DVD e um catálogo de mais de 2.500 filmes, incluindo em alta definição ("HD"); (2) catch-up TV; (3) guia electrónico de programação, redesenhado durante o trimestre de forma a melhorar a experiencia do cliente; (4) gravação de canais de TV, programável remotamente através da Internet e do telemóvel, permitindo uma fácil gravação de séries e agora com gravação multi-room para quem tem mais que uma set-top box; (5) jogos, karaoke e variados conteúdos interactivos e áreas de serviço; (6) acesso a arquivos pessoais de fotografia, e (7) conteúdos customizados para crianças. O Meo reforçou também no 1T10 a funcionalidade Meo fotos, em associação com o Sapo, o conhecido portal da PT, líder em Portugal e em países de língua oficial Portuguesa. Esta nova funcionalidade, disponível para clientes ADSL e fibra, permite aos clientes fazer o upload das suas fotografias para as suas áreas Meo ou Sapo e visualizá-las em slide show na sua TV ou partilhar com os seus amigos.

Durante o trimestre, o Meo lançou também uma selecção de novos canais, sendo mais relevante o FOXLife, no dia 1 de Janeiro, e o canal Q, em Março 2010, o primeiro canal interactivo em Portugal, totalmente em Português, o que representa outra inovadora experiência que continua a contribuir para a nova forma de consumo de conteúdos de televisão no mercado Português. O canal Q foi desenvolvido em cooperação com o Portal Sapo, onde o site do canal está alojado.

O Meo disponibiliza o acesso a uma vasta oferta de conteúdos com mais de 120 canais e mais de 2.500 títulos VoD. A oferta de VoD, que inclui blockbusters de cinco estúdios de Hollywood continua a ser uma funcionalidade chave diferenciadora do serviço, o que é comprovado pelo facto de mais de 50% dos clientes IPTV do Meo já terem utilizado, numa base de facturação, o serviço VoD (+5,2pp em relação ao 1T09), consumindo em média 2,4 filmes por mês. No 1T10, a PT continuou a comercializar o Voucher Presente, lançado durante o período de Natal, agora associado ao dia de S. Valentim, a 14 de Fevereiro, e ao período da Páscoa.

Durante o 1T10, a PT lançou o Meo@PC, em versão de teste. Este serviço disponibiliza o acesso online ao serviço de TV por subscrição do Meo através do PC, reforçando a mobilidade e convergência como proposta de valor do serviço Meo. Os clientes foram convidados a integrar um piloto para experimentar este serviço, antecipando o lançamento comercial previsto para o final deste ano.

As campanhas de marketing do Meo continuam a beneficiar de uma elevada notoriedade no mercado Português de TV por subscrição. A campanha para promover o novo interface de utilizador do Meo foi lançada com um inovador anúncio em True 3D, assinalando o ínicio dos testes do Meo em conteúdos 3D. Este anúncio foi também emitido nos três principais canais nacionais, atingindo um share de audiência de 85,5%, acima do anúncio inicial do Meo em 2008, que atingiu os 83% de share de audiência. No 1T10, o indicador de recordação comprovada por anúncio foi acima dos 60% e a recordação espontânea de anúncios ficou acima dos 40%, bem à frente de qualquer outra marca concorrente no sector. Adicionalmente, em Maio de 2010, o Meo anunciou a transmissão em directo do maior evento de ténis em Portugal, Estoril Open, em True 3D. Esta é a primeira vez, em Portugal, que um evento é emitido em True 3D, sendo também a primeira vez que é transmitido um evento da ATP em True 3D.

No 1T10, as receitas operacionais de rede fixa diminuíram 0,8%, face ao mesmo período do ano anterior, para 488 milhões de euros, principalmente em resultado da alteração no reconhecimento das penalidades contratuais (4 milhões de euros) e menores MTRs (1 milhão de euros). Excluindo o primeiro efeito supra mencionado, as receitas de rede fixa ter-se-iam mantido estáveis face ao 1T09, suportado pelas receitas de retalho, apesar de menores receitas grossistas (-4,7% face ao 1T09) e receitas empresariais de dados (-3,3% face ao mesmo período no ano anterior), devido ao ambiente económico. As receitas de retalho mantiveram-se estáveis em 244 milhões de euros, no 1T10, enquanto ajustado pelo impacto da alteração no reconhecimento das penalidades contratuais, as receitas de retalho da rede fixa teriam aumentado 1,2%, face ao 1T09, com base no forte e contínuo desempenho da oferta do Meo triple-play (voz, dados e TV por subscrição) e apesar da subida da pressão nos preços dos segmentos PME/SOHO e empresariais, resultado das condições económicas. Apesar da contínua pressão no negócio tradicional de voz, as receitas de TV por subscrição e ADSL de retalho têm aumentado em linha com a estratégia definida de aumentar a quota no mercado residencial, disponibilizando serviços de triple-play e double-play atractivos.

O desempenho das receitas de retalho, ajustado pelo impacto da alteração no reconhecimento da receita referida acima (+1,2% face ao 1T09), foi suportado pelo crescimento de 89 mil RGUs de retalho, nomeadamente clientes de TV por subscrição (+65 mil adições líquidas no trimestre), Clientes de banda larga de elevada qualidade (+39 mil adições líquidas de pós-pago) e resiliência de linhas geradoras de tráfego, que decresceu apenas 2 mil no trimestre (a melhor performance observada desde o 1T04). O crescimento em número de RGUs por cliente contribuiu para o aumento do ARPU de retalho de 1,1% face ao mesmo período do ano anterior, que atingiu 30,3 euros. O desempenho das receitas de retalho continuou a beneficiar de uma implacável implementação de estratégia de TV, apesar da forte concorrência de outros operadores fixos e de cabo, bem como de operadores móveis, tanto em voz como dados, e num cenário de condições económicas desafiantes.

Demonstração de resultados • rede fixa (1)		M ilhões o		
	1Τ10	1T09	∆09/10	
Receitas operacionais	488,2	492,1	(0,8%)	
Retalho	243,7	244,6	(0,4%)	
Serviços a operadores (wholesale)	119,6	125,6	(4,7%)	
Dados e soluções empresariais	77,3	79,9	(3,3%)	
Outras receitas de rede fixa	47,6	42,0	13,4%	
Custos operacionais, excluindo amortizações	299,6	283,9	5,5%	
Custos com pessoal	58,4	59,2	(1,3%)	
Custos directos dos serviços prestados	106,5	104,9	1,6%	
Custos comerciais	28,0	25,5	9,9%	
Outros custos operacionais	106,7	94,4	13,0%	
EBITDA (2)	188,5	208,1	(9,4%)	
Custos com benefícios de reforma	17,8	22,4	(20,5%)	
Amortizações	105,9	97,4	8,7%	
Resultado operacional (3)	64,9	88,4	(26,6%)	
Margem EBITDA	38,6%	42,3%	(3,7pp)	
Capex	112,4	101,4	10,9%	
Capex em %das receitas o peracionais	23,0%	20,6%	2,4pp	
EBITDA menos Capex	76,2	106,8	(28,7%)	

(1) Inclui transacções intragrupo. (2) EBITDA = resultado operacional + custos com benefícios de reforma + amortizações. (3) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efectivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos líquidos.

As receitas grossistas diminuíram 4,7%, face ao 1T09, para 120 milhões de euros, principalmente em resultado do decréscimo das: (1) receitas de tráfego (-9,0% face ao 1T09), que foram impactadas negativamente por menores MTRs, e (2) receitas de circuitos alugados (-1,6%, face ao 1T09).

As receitas de dados e serviços empresariais decresceram 3,3% no 1T10, face ao mesmo período no ano anterior, em resultado da diminuição de receitas de gestão de rede, outsourcing e TI (-3,9% face ao 1T09), VPN e circuitos alugados (-3,4% face a 1T09). Este desempenho é explicado pela granularidade em relação à execução de alguns grandes contractos e a alguma pressão nos preços.

As outras receitas aumentaram 13,4% no 1T10, face ao 1T09, apesar da diminuição nas listas telefónicas, que decresceram 9,7% face ao mesmo período no ano anterior.

No 1T10, O EBITDA diminuiu 9,4% face ao mesmo período no ano anterior e 3,4% face ao último trimestre, (7 milhões de euros), em resultado do continuo esforço de disponibilização de ofertas de TV por subscrição e triple-play. No trimestre, as despesas operacionais aumentaram 5,5%, face ao 1T09, impulsionadas principalmente pelo aumento de outras despesas operacionais (+13,0% face ao 1T09), nomeadamente custos com suporte e apoio ao cliente, resultado de um contínuo aumento de clientes de TV por subscrição. No 1T10, os custos com pessoal decresceram 1,3% face ao 1T09, para 58 milhões de euros, como resultado de um forte enfoque na redução de custos, apesar de: (1) migração de efectivos do segmento móvel doméstico, devido à reorganização dos negócios domésticos, fixo e móvel, por segmentos de cliente, e (2) suspensão do programa de redução de efectivos e enfoque na internalização de actividades que anteriormente eram terciarizadas, reduzindo assim os custos. Os custos comerciais, que aumentaram 9,9% face ao 1T09, para 28 milhões de euros, reflectem o aumento em comissões, marketing e publicidade, que resulta de um esforço contínuo na comercialização de ofertas de TV por subscrição e triple Play. Os custos directos, que ficaram estáveis de trimestre para trimestre, diminuíram 1,6% face ao 1T09 para 107 milhões

de euros, devido à diminuição do custo das telecomunicações (-10,1% face ao mesmo período do ano anterior), principalmente relacionados com menores MTRs, não obstante custos de programação mais elevados. No 1T10, a margem bruta diminuiu 0,5% face ao 1T09, em resultado da alteração do reconhecimento de penalidades contratuais implementado a partir do final da primeira metade de 2009. Ajustada por este impacto, a margem bruta teria crescido 0,5%, sendo observada uma melhoria sustentada. Com efeito, este foi o melhor desempenho nos últimos 20 trimestres, acelerando a tendência observada no 3T09 (-0,1% face ao mesmo período do ano anterior) e no 4T09 (+0,4% face ao 4T08) confirmando assim o sucesso do Meo como impulsionador chave para a inversão efectiva da tendência no negócio doméstico. A margem EBITDA manteve-se em 38,6% no 1T10.

O capex aumentou de 101 milhões de euros no 1T09 para 112 milhões de euros no 1T10 (+10,9% face ao mesmo período no ano anterior). O capex foi direccionado principalmente para investimentos em: (1) construção da rede de FTTH, uma tecnologia de futuro que permite o aumento de largura de banda tanto para clientes residenciais como para empresariais, e (2) implementação de serviços IPTV, em resultado do crescimento de clientes de TV por subscrição, que contabiliza aproximadamente metade do capex total do trimestre. No final do 1T10, a PT tinha alcançado 1 milhão de casas passadas, disponíveis ou em construção, com fibra até casa.

Móvel Portugal

No 1T10, o total de clientes da TMN aumentou 4,5% face ao 1T09, para 7.264 mil, com 11 mil adições líquidas no trimestre. O aumento da base de clientes na TMN continuou a ser impulsionado pelos clientes pós-pago de elevada qualidade (+38 mil de adições líquidas no trimestre), nomeadamente pelas adições líquidas da banda larga móvel. No final do 1T10, os clientes pós-pago representavam 31,3% do total da base de clientes, aumentando 1,5pp face ao 1T09.

Dados operacionais • móvel Portugal (1)							
	1T 10	1T09	∆09/10				
Clientes ('000)	7.264	6.948	4,5%				
Adições líquidas ('000)	11	15	(26,5%)				
Tráfego total (milhões de minutos)	2.508	2.243	11,8%				
MOU (minutos)	115	108	6,6%				
ARPU (euros)	14,7	16,1	(8,3%)				
Cliente	12,8	13,7	(6,7%)				
Interligação	1,7	2,1	(17,7%)				
Dados em % das receitas de serviço (%)	23,3	22,7	0,5pp				
SARC (euros)	26,6	38,7	(31,2%)				
Trabalhadores	1000	1.116	(10,4%)				

(1) Inclui subscritores MVNO

No 1T10, a TMN continuou a investir significativamente na diferenciação do seu portfólio de equipamentos, introduzindo novos telefones com ecrã táctil e smartphones, e na melhoria da oferta de serviços, disponibilizando pacotes de dados e serviços aos seus clientes, aplicações sofisticadas e widgets. A TMN lançou o Sony Ericsson W205 Betty Boop, associado ao evento de moda mais conhecido em Portugal, a Moda Lisboa. Em Abril de 2010, a TMN lançou o a1, o primeiro smartphone baseado no sistema operativo Android, que é suportado pelo Google, com a marca TMN. Este smartphone com ecrã táctil oferece: (1) conectividade Premium, acesso de banda larga 3,5G com downloads até 7,2 Mbps e uploads até 5,6Mbps,

Wi-Fi e Bluetooth; (2) Push Mail; (3) um GPS com licença vitalícia de acesso ao software NDrive GPS e mapas de Portugal; (4) uma câmera de 3,2 Mpx com vídeo, com autofocus e zoom; (5) um MP3 player, e (6) um slot de 16GB para cartão de memória. Este lançamento seguiu-se ao lançamento, bem sucedido, do Bluebelt I e II e do Bluebelt silverbelt, smartphones com a marca TMN, utilizando a plataforma Windows Mobile e do HTC Magic baseado na plataforma Android. Os smartphones da TMN continuam a ser posicionados de forma a permitir uma experiência única em serviços interactivos de banda larga móvel e em conteúdos. O novo a1 tem um preço de retalho de 199,9 euros nas Bluestores da PT e de 179,9 euros na loja online da TMN, reduzindo a barreira de entrada dos smartphones e contribuindo para uma maior expansão do segmento.

Como parte da estratégia da TMN de manter a liderança e uma posição inovadora na sua proposta de serviços, a TMN e o Sapo lançaram um conjunto de novas aplicações e widgets. A carteira actual inclui mais de 1.500 aplicações e jogos, permitindo fácil acesso através do telemóvel a, por exemplo, notícias generalistas, de economia e desporto, informações de trânsito e oportunidades de emprego, em tempo real. Durante o 1T10, a TMN e o Sapo lançaram um concurso nacional, os "Developers TMN", para promover o desenvolvimento de novos widgets, que são disponibilizados aos clientes da TMN.

No 1T10, a TMN continuou a investir na diferenciação, promoção e comercialização dos seus serviços. Em Fevereiro, associado ao Dia dos Namorados, a TMN lançou uma campanha de marketing inovadora que permite aos clientes enviar mensagens multimédia com mensagens personalizadas com vídeos e músicas e toques de telemóveis, waiting rings e wallpapers. Durante a Páscoa a TMN lançou uma campanha promocional que visa aumentar a utilização de roaming, segundo a qual os clientes da TMN podem fazer chamadas em roaming com as tarifas nacionais com uma tarifa adicional de activação de 50 cêntimos. No trimestre, a TMN lançou novos planos de preços e continuou a reforçar os esforços promocionais no segmento jovem. No 1T10, a TMN também lançou, em parceria com os principais clubes de futebol em Portugal, planos de preços costumizados, com acesso a novas aplicações e conteúdos associados a esses clubes e equipamentos personalizados. A TMN também continuou a fortalecer as suas ofertas de banda larga móvel, aumentando a velocidade de download e capacidade aos seus clientes. Ainda no 1T10, a TMN lançou o serviço de Car Control, um serviço de segurança que, em articulação com as autoridades locais, permite aos clientes localizar, bloquear e recuperar o seu carro no caso de ser roubado.

Em resultado do investimento contínuo em inovação e diferenciação da oferta de produtos e serviços, a quota de mercado da TMN de vendas de telemóveis, medida pela GFK, atingiu 48,9% no 1T10, o melhor desempenho nos últimos quatro anos. No segmento dos smartphones, a quota de mercado da TMN de equipamentos vendidos aumentou de 51,3% no 1T09 para 58,4% no 1Q10.

No trimestre, a PT lançou igualmente uma nova iniciativa de apoio ao cliente, na área do selfcare, visando oferecer aos clientes da TMN, o acesso mais fácil e ágil à conta de cliente e um conjunto de informações. Com esta nova funcionalidade, os clientes podem aceder a informações de saldo da conta, a facturas, e aos serviços contratados. Esta nova funcionalidade reforça o compromisso da PT para uma excelente experiência de cliente, tanto em serviços de voz como de dados. Em resultado do investimento em apoio ao cliente: (1) a satisfação dos clientes da TMN em 2009 ficou em linha com a média de outras empresas de telecomunicações europeias; (2) o custo médio por chamada para o centro de apoio ao cliente está perto do quartil superior, de acordo com o benchmark do European Telecom Call Center, e (3) o número de chamadas por cliente para o centro de apoio ao cliente diminuiu 27%, face ao 1T09, em serviços de voz e 60% em serviços de dados.

Os serviços de dados não-SMS e de valor acrescentado continuaram a contribuir para o crescimento das receitas, aumentando 10.0% no 1T10 e representando 63,4% do total das receitas de serviço (+6,8pp face ao 1T09). Este crescimento do serviço de dados não-SMS continuou a ser impulsionado pelo desempenho sustentado da banda larga móvel e pelo aumento da utilização de dados, em particular pelos smartphones e outros equipamentos móveis com acesso a dados. No trimestre, o total das receitas de dados representaram 23,3% das receitas de serviço, aumentando 0,8pp face ao mesmo período do ano anterior.

O ARPU da TMN diminuiu 8,3% no 1T10 face ao 1T09, para 14,7 euros, em resultado de: (1) aumento da penetração dos serviços nos segmentos de menor rendimento; (2) condições económicas, e (3) diminuição das MTRs. Com efeito, o ARPU de interligação diminuiu 17,7% face ao 1T09. No 1T10, o tráfico total aumentou 11,8% face ao 1T09, para 2.508 milhões de minutos, apresentando uma tendência estável quando comparado com o 4T09 e uma aceleração quando comparado com os trimestres anteriores. Este crescimento foi impulsionado, principalmente, pelo tráfego de saída, que aumentou 14,5%. O crescimento da base de clientes (+4,5%, EoP), conjugado com uma maior penetração da tarifa flat on-net, impulsionaram o crescimento da tráfego no período, com o MOU a crescer 6,6% no trimestre face ao mesmo período do ano anterior, apesar do crescimento das placas de dados.

No 1T10, as receitas operacionais da TMN ascenderam a 346 milhões de euros, um decréscimo de 6,5% face ao 1T09 (24 milhões de euros), principalmente devido a: (1) decréscimo de 23,4%, face ao 1T09, na venda de equipamentos (7 milhões de euros); (2) decréscimo de 6 milhões de euros nas receitas de cliente, e (3) decréscimo de 6 milhões de euros nas receitas de interligação, impulsionado pelo impacto negativo de 2 milhões de euros em resultado de menores MTRs. As receitas de serviço diminuíram 3,8% no trimestre face ao 1T09 (-13 milhões de euros), devido a: (1) diminuição das receitas de interligação (-13,6% face ao 1T09), tal como referido acima; (2) decréscimo de 2,0% nas receitas de cliente, num contexto de condições económicas adversas, apesar da melhoria sequencial da tendência, e (3) decréscimo nas receitas de roamers de 18,7% face ao 1T09.

No 1T10, as receitas de cliente mostraram uma tendência de melhoria face ao 4T09 e uma diminuição de 2,0% face ao 1T09, para 279 milhões de euros (-6 milhões de euros), principalmente devido a: (1) diminuição das receitas de roaming-out (-2 milhões de euros), em resultado das condições económicas adversas que afectaram os segmentos empresarial e PME / SOHO, e (2) diminuição das receitas de tráfego nacional (-4 milhões de euros), devido às pressões económicas e competitivas nos serviços de voz, apesar do crescimento contínuo da base de clientes. As receitas de interconexão diminuíram 13,6% no 1T10 face ao 1T09, para 37 milhões de euros (-6 milhões de euros), em resultado da diminuição nas MTRs de 7,0 cêntimos de euros por minuto no 1T09 para 6,5 cêntimos de euros por minuto em 1T10. Desde 1 de Abril de 2009 que a TMN implementou integralmente a descida de taxas impostas pelo regulador. As vendas de equipamentos diminuíram 23,4% no 1T10 face ao 1T09 (-7 milhões de euros) devido, principalmente, a menores preços dos equipamentos e menores volumes.

Demonstração de resultados • móvel Portugal (1)	M ilhões	de euros	
	1110	1Т09	∆09/10
Receitas operacionais	345,9	370,1	(6,5%)
Prestação de serviços	320,7	333,4	(3,8%)
Cliente	279,2	285,0	(2,0%)
Interligação	37,3	43,2	(13,6%)
Roamers	4,2	5,2	(18,7%)
Vendas	22,9	29,9	(23,4%)
Outras receitas operacionais	2,2	6,7	(66,6%)
Custos operacionais, excluindo amortizações	181,8	200,3	(9,2%)
Custos com pessoal	11,9	12,8	(7,6%)
Custos directos dos serviços prestados	61,8	63,2	(2,2%)
Custos comerciais	46,3	62,4	(25,9%)
Outros custos o peracionais	61,8	61,8	(0,0%)
EBITDA (2)	164,1	169,7	(3,3%)
Amortizações	51,4	50,9	1,0%
Resultado operacional (3)	112,7	118,8	(5,2%)
Margem EBITDA	47,4%	45,9%	1,6pp
Capex (4)	23,5	24,5	(4,3%)
Capex em % das receitas operacionais	6,8%	6,6%	0,2pp
EBITDA menos Capex	140,6	145,2	(3,2%)

(1) Inclui transacções intragrupo. (2) EBITDA = resultado operacional + amortizações. (3) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efectivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos líquidos. (4) Exclui os compromissos adicionais no âmbito dos termos da ficença UMTS (11,5 milhões de euros no 1709).

O EBITDA diminuiu 3,3% para 164 milhões de euros no 1T10. A margem EBITDA situou-se nos 47,4% no 1T10, aumentando 1,6pp quando comparado com 45,4% no 1T09, em resultado do rígido controlo de custos e enfoque na rentabilidade das operações. As despesas operacionais, excluindo as amortizações, diminuíram 9,2% no 1T10 para 182 milhões de euros, suportado pelo controlo de custos: (1) os custos com pessoal diminuíram 7,6% no 1T10, reflectindo os ganhos de eficiência em resultado da reorganização do negócio doméstico por segmentos de clientes e pela integração do fixo-móvel; (2) as outras despesas operacionais mantiveram-se estáveis no 1T10, em 62 milhões de euros, reflectindo um decréscimo de 7,2% nos custos de suporte ao cliente, não obstante a crescente penetração dos serviços de dados, e (3) as despesas comerciais diminuíram 25,9% face ao 1T09, para 46 milhões de euros, em resultado do enfoque na redução da variedade de equipamentos que integram o portfólio da TMN, do aumento do número de equipamentos exclusivos e também de menor SARC. O SARC unitário, que inclui marketing, subsídios a equipamentos e comissões, diminuíu 31,2% no 1T10 face ao 1T09. Os custos directos, que incluem principalmente os custos de telecomunicações, diminuíram 2,2% no 1T10 face ao 1T09, para 62 milhões de euros, devido principalmente ao decréscimo nas taxas de terminação móvel e apesar dos elevados custos associados ao aprovisionamento dos serviços de dados.

O capex diminuiu 4,3% no 1T10 para 23 milhões de euros, representando 6,8% das receitas. O capex continuou a ser direccionado, principalmente, para expansão da capacidade de rede e cobertura, em resultado do aumento da utilização dos serviços de voz e de dados, e na melhoria dos serviços móveis de voz e dados aos clientes. Cerca de 70% do capex de rede está a ser direccionado para as redes 3G e 3,5G. O EBITDA menos capex da TMN situou-se nos 141 milhões de euros no 1T10. A diminuição do capex da TMN é explicada, essencialmente, pelo enfoque na geração de cash-flow, num cenário de elevada qualidade da rede e dos serviços disponibilizados aos clientes. Com efeito, no 1Q10, a TMN foi considerada pelo

regulador das telecomunicações Português, ANACOM, como tendo a melhor cobertura 3G em Portugal e a taxa mais alta de chamadas terminadas de voz e vídeo 3G nos centros urbanos.

Mercado internacional

Móvel Brasil

No 1T10, a base de clientes da Vivo aumentou 18,2% face ao 1T09, para 53.949 mil. As redes GSM, 3G e 3,5G representavam 46.800 mil clientes no final de Março de 2010, o equivalente a 86,7% do total de clientes (+13,7pp face ao 1T09). No trimestre, as adições líquidas atingiram 2.205 mil, representando um crescimento de 216,6% face ao 1T09. O sólido crescimento das adições líquidas permitiu à Vivo atingir 42,8% de quota de mercado das adições líquidas no trimestre, muito superior a qualquer um dos seus concorrentes, reforçando assim a sua liderança, pelo terceiro trimestre consecutivo. Em 31 de Março de 2010, a Vivo atingiu 30,1% de quota de mercado, aumentando 0,4pp no trimestre. Adicionalmente, a Vivo também reforçou a liderança no segmento pós-pago, com os clientes pós-pago a crescerem 19,5% face ao 1T09. A quota de mercado das adições líquidas da Vivo, no segmento pós-pago, atingiu os 71,5% no 1T10, com uma quota de mercado de 33,5% (+2,4pp face ao 1T09). Este desempenho foi impulsionado por: (1) ofertas atractivas no segmento pré-pago, nomeadamente a Vivo "Recarregue e Ganhe"; (2) elevado nível de aceitação dos planos pós-pago Vivo Você, lançados em Novembro de 2009; (3) sucesso das campanhas de fidelização; (4) fortes campanhas de marketing e qualidade das ofertas de banda larga móvel, e (5) abrangência do portfolio de equipamentos e smartphones da Vivo. Em resultado da qualidade e equilíbrio da sua oferta, a Vivo é o operador que mais clientes ganhou em termos de portabilidade de números, desde que esta foi implementada no Brasil, particularmente nos segmentos pós-pago e empresarial.

	1T 10	1T09	∆09/10
Clientes ('000)	53.949	45.641	18,2%
Quota de mercado (%)	30,1	29,7	0,4pp
Adições líquidas ('000)	2.205	696	216,6%
Tráfego total (milhões de minutos)	18.399	10.427	76,5%
MOU (minutos)	116	77	51,7%
ARPU (Reais Brasileiros)	24,8	27,3	(9,0%)
Cliente	15,4	16,2	(4,8%)
Interligação	9,2	10,8	(15,1%)
Dados em %das receitas de serviço (%)	17,5	12,2	5,3pp
SARC (Reais Brasileiros)	66,0	108,8	(39,3%)
Trabalhadores	12.656	8.234	53,7%

(1) Dados operacionais calculados utilizando os princípios contabilísticos brasileiros

No 1T10, a Vivo continuou a direccionar os seus esforços e recursos para a cobertura, capacidade e qualidade da sua rede. Desde Fevereiro de 2008, a Vivo é consistentemente, de acordo com a Anatel, o operador com a melhor qualidade de serviços no mercado.

No 1T10, a Vivo continuou a expandir a cobertura da sua rede 3G e 3,5G e já abrange 594 municípios, uma cobertura adicional de 15 municípios no 1T10, e 61% da população brasileira. A cobertura, capacidade e qualidade da rede da Vivo 3G e 3,5G e o esforço de marketing na banda larga móvel continuaram a

sustentar o crescimento dos clientes de dados. Em resultado, os clientes com planos de dados 3G, smartphones ou cartões de dados de banda larga móvel, cresceram 149% face ao 1T09, com uma quota de mercado estimada de 41% neste segmento no final de Março de 2010.

O total de minutos transportado pela Vivo aumentou 76,5% no 1T10 face ao 1T09, em resultado do sucesso das recentes campanhas de marketing centradas no aumento da utilização. Num cenário de forte crescimento de utilização, o tráfego de entrada aumentou 2,4%, em resultado da aceleração da migração fixo-móvel. O MOU total da Vivo aumentou 51,7% no 1T10 face ao 1T09, atingindo 116 minutos, impulsionado pelo crescimento do MOU de saída (+ 90,6% face ao 1T09).

O ARPU total da Vivo atingiu 24,8 Reais Brasileiros no 1T10, um decréscimo de 9,0% face ao 1T09, em resultado do crescimento da base de clientes, da maior penetração dos serviços móveis nos segmentos de baixos rendimentos e das campanhas destinadas a estimular a utilização. O ARPU de cliente diminuiu 4,8% face ao 1T09, para 15,4 Reais Brasileiros, devido a ofertas com promoções e bónus, num cenário de intensa competitividade e penetração de múltiplos cartões SIM. O ARPU de interligação diminuiu 15,1% face ao 1T09, em resultado da migração fixo-móvel. O ARPU foi positivamente impactado pelo crescimento do ARPU de dados, que por sua vez foi impulsionado pelo nível de conectividade e aplicações de dados.

As receitas operacionais da Vivo, apresentadas em Reais Brasileiros e em conformidade com as IFRS, aumentaram 3,7% no 1T10 face ao 1T09, para 4.402 milhões de reais, em resultado do crescimento das receitas de serviço (+5,7% face ao 1T09), impulsionado por um forte crescimento nos serviços de dados, suportados principalmente pela banda larga móvel. As receitas de dados aumentaram 51,7% no 1T10 face ao 1T09 e já representam 17,5% (+5,3pp face ao 1T09) das receitas de serviço. Os factores de crescimento dos serviços de dados foram: (1) a conectividade da banda larga móvel, devido ao forte crescimento da base de clientes, tal como referido acima, (2) o aumento na utilização de SMS/MMS pessoa para pessoa, em resultado da maior penetração e utilização de serviços de mensagens no segmento pré-pago, e (3) novos planos de preços de dados com o objectivo de aumentar a fidelização dos clientes, em particular, as receitas de banda larga móvel cresceram 119,8% no 1Q10 face ao 1T09. As receitas de serviço foram afectadas negativamente pela desaceleração das receitas de interligação, na medida em que o mercado tem estado mais concentrado em campanhas de tráfego on-net, o que implica uma redução do tráfego de entrada e a substituição de tráfego fixo-móvel. As vendas de equipamentos diminuíram 10,5% no 1T10 face ao 1T09, para 304 milhões de Reais Brasileiros, em resultado de um maior enfoque em ofertas assentes apenas em SIM Cards.

O EBITDA aumentou 3,9% no 1T10 face ao 1T09, para 1.277 milhões de reais, suportado pelo crescimento das receitas de serviço e pelo controlo de custos e apesar do aumento significativo das adições líquidas no trimestre (216,6% face ao 1T09), que permitiu uma forte quota de mercado das adições líquidas no trimestre. Os custos comerciais diminuíram 7,5% face ao 1T09, enquanto o SARC unitário, que incluí custos de marketing, subsídios de equipamentos e comissões, diminuiu 39,3% no 1T10 face ao 1T09. Este desempenho dos custos comerciais é explicado pelo decréscimo no custo das mercadorias vendidas, devido à maior aceitação das ofertas assentes apenas em cartão SIM e apesar do aumento das comissões unitárias, em resultado do crescimento significativo das vendas de modems e smartphones com planos de dados associados. Os custos com pessoal aumentaram 15,2%, em resultado da internalização de actividades relacionadas com o marketing e as vendas, nomeadamente lojas, anteriormente terciarizadas. Num cenário de forte concorrência, de campanhas agressivas de marketing, do elevado crescimento de

clientes e apesar da pressão sobre o ARPU, a Vivo revelou um elevado controlo de custos e a margem EBITDA no 1T10 foi de 29,0%.

Demonstração de resultados • móvel Brasil (1)	M ilhões de reais		
	1T 1 0	1Т09	∆09/10
Receitas operacionais	4.402,2	4.245,8	3,7%
Prestação de serviços	4.003,6	3.788,5	5,7%
Vendas	303,9	339,6	(10,5%)
Outras receitas o peracionais	94,7	117,7	(19,5%)
Custos operacionais, excluindo amortizações	3.125,1	3.017,1	3,6%
Custos com pessoal	246,3	213,8	15,2%
Custos directos de serviços prestados	950,7	797,9	19,2%
Custos comerciais	962,4	1.040,2	(7,5%)
Outros custos o peracionais	965,6	965,3	0,0%
EBITDA (2)	1.277,1	1.228,7	3,9%
Amortizações	1.023,4	998,0	2,5%
Resultado operacional (3)	253,7	230,7	10,0%
Margem EBITDA	29,0%	28,9%	0, 1 pp
Capex	328,8	522,2	(37,0%)
Capex em %das receitas operacionais	7,5%	12,3%	(4,8pp)
EBITDA menos Capex	948,3	706,5	34,2%

⁽¹⁾ Informação preparada de acordo com as IFRS. (2) EBITDA = resultado operacional + amortizações. (3) Resultado operacional = Resultado antes de resultados financeiros e impostos

O capex decresceu 37,0% no 1T10 face ao 1T09, para 329 milhões de Reais Brasileiros e foi, essencialmente, direccionado para: (1) aumento da capacidade de rede para suportar o crescimento acelerado do tráfego de voz na rede 2G, (2) expansão da cobertura das redes 3G e 3,5G; (3) melhoria da qualidade da rede de forma a continuar a ter a melhor qualidade e a ser a mais fiável rede no Brasil, e (4) investimentos nos serviços de atendimento ao cliente e sistemas de informação. No final de Março, a rede 3G assegurava a cobertura de 594 municípios, atingindo mais de 61% do total da população brasileira.

Outros investimentos internacionais

No primeiro trimestre de 2010, os activos internacionais excluindo a Vivo, numa base pró-forma, aumentaram a sua contribuição para as receitas proporcionais em 7,4% para 129 milhões de euros, enquanto a contribuição para o EBITDA proporcional diminuiu 6,3% para 51 milhões de euros, principalmente em resultado da desvalorização do Kwanza angolano.

Demonstração de resultados proporcional dos activos internacionais (1)		M ilhões	de euros
	1T 10	1Т09	∆09/10
Receitas operacionais	128,7	119,8	7,4%
EBITDA (2)	50,7	54,2	(6,3%)
Amortizações	12,6	10,1	24,8%
Resultado operacional (3)	38,2	44,1	(13,4%)
Margem EBITDA	39,4%	45,2%	(5,8pp)

⁽¹⁾ A consolidação pró-forma dos activos internacionais, considerando as participações detidas pela PT. Exclui investimentos na Vivo. (2) EBITDA = resultado operacional + amortizações. (3) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos do programa de redução de efectivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos líquidos.

Dest. dos princ. activos em África e na Ásia (2009) (1)					milh	ares (cli	entes), mil	hões (fina	inceiros)
	Posição	Clientes	Rec.	∆0/0	EBITDA	∆09/10	M argem	Rec.	EBITDA
			local		local			euro	euro
Unitel, Angola (2) (4)	25,00%	6.061	353	(2,6%)	217	(8,0%)	61,6%	255	157
MTC, Namíbia (3) (4)	34,00%	1398	344	(0,4%)	185	6,4%	53,6%	33	18
CVT, Cabo Verde (3) (4)	40,00%	386	1.852	(6,2%)	1.056	(15,2%)	57,0%	17	10
CTM, Macau (2)	28,00%	831	648	14,9%	286	2,9%	44,2%	59	26
CST, S.Tomé e Princípe (3) (4)	51,00%	93	71283	18,4%	19.503	5,0%	27,4%	3	1
Timor Telecom, Timor-Leste (3)	41,12%	389	13	16,8%	7	2,1%	54,9%	9	5

(1) Referente a 100% das empresas. A PT tem contratos de gestão na CVT, CST e Timor Telecom. (2) Método de equivalência patrimonial. (3) Método de consolidação integral. (4) Estas participações são detidas pela Africatel, a qual é controlada em 75% pela PT.

As receitas e o EBITDA da Unitel em Kwanzas, aumentaram 17,8% e 9,3%, respectivamente, enquanto em dólares, face ao mesmo período do ano anterior, diminuíram 2,6% e 8,0%, para 353 e 217 milhões de dólares, respectivamente, em resultado da desvalorização de 20% do Kwanza Angolano face ao dólar. A base de clientes alcançou 6.061 mil em 31 de Março de 2010, um aumento de 22,3% em relação à mesma data do ano anterior, com adições líquidas de 361 mil no 1T10. Em Março, a Unitel lançou uma campanha institucional para celebrar a marca de 6 milhões de clientes. No 1T10, o ARPU diminuiu 4,7% em moeda local, num cenário de forte crescimento da base de clientes. Em dólares o ARPU foi 19,3.

As receitas da MTC no 1T10 mantiveram-se estáveis no montante de 344 milhões de dólares namibianos (NAD), enquanto o EBITDA aumentou 6,4% face ao mesmo período do ano anterior. A performance das receitas foi conseguida num contexto de significativo decréscimo das MTRs com fortes campanhas de estimulação de tráfego. No 1T10, a margem EBITDA aumentou 3,4pp para 53,6%. A base de clientes atingiu 1.398 mil em 31 de Março de 2010, um aumento de 22,6% em relação à mesma data do ano anterior, com adições líquidas de 35 mil no trimestre. Os clientes pós-pago aumentaram 11,5% no período, o equivalente a 7,0% da base total de clientes. No 1T10, a MTC centrou a sua actividade comercial e de marketing em iniciativas para promoção da utilização e da banda larga móvel. O ARPU foi de 79,2 NAD, um decréscimo de 21,4%, face ao 1T09, em resultado do crescimento de clientes e declínio das MTRs.

No 1T10 as receitas e o EBITDA da CVT decresceram 6,2% e 15,2% face ao mesmo período do ano anterior para 1.852 e 1.056 milhões de escudos cabo-verdianos (CVE), respectivamente. A margem EBITDA atingiu 57,0% no 1T10. A performance das receitas foi impactada negativamente por menores receitas de roaming e menores receitas móveis de saída, bem como pelos impactos regulatórios adversos no negócio de rede fixa. Os clientes móveis aumentaram 9,9% para 301 mil. O MOU móvel atingiu 78 minutos e o ARPU totalizou 1.090 CVE, um declínio de 24,1% face ao 1T09. No 1T10, a CVT lançou uma campanha institucional comemorando a superação da marca de 300 mil clientes móveis.

As receitas e o EBITDA da CTM, no 1T10, aumentaram 14,9% e 2,9% para 648 e 286 milhões de patacas (MOP), respectivamente. A margem EBITDA ascendeu a 44,2%. O crescimento das receitas foi atingido num cenário positivo da evolução da economia macaense, o que implicou um aumento no número de visitantes do território no trimestre. No segmento móvel, em 31 de Março de 2010, os clientes aumentaram 8,0%, face a mesma data do ano anterior, para 523 mil. No 1T10, o ARPU móvel da CTM diminuiu 2,9% para 106,9 MOP, em resultado do crescimento de clientes no período.

No 1T10, as receitas operacionais e o EBITDA da CST, aumentaram 18,4% e 5,0% face ao mesmo período do ano anterior para 71,282 e 19,503 milhões de dobras são-tomenses (STD), respectivamente. A margem

EBITDA situou-se em 27,4%. No segmento móvel, a CST atingiu 85 mil clientes em 31 de Março de 2010, um aumento de 56,2% face a mesma data do ano anterior. O MOU móvel decresceu 21,6% para 38 minutos, em resultado do crescimento da base de clientes, enquanto o ARPU móvel totalizou 173 mil STD no 1T10, um decréscimo de 20,6% em relação ao mesmo período do ano anterior.

No primeiro trimestre de 2010, as receitas e o EBITDA da Timor Telecom aumentaram 16,8% e 2,1%, para 12,9 e 7,1 milhões de dólares (USD), respectivamente, principalmente em resultado do forte aumento no número de clientes móveis. A margem EBITDA situou-se em 54,9%. As adições líquidas móveis da Timor Telecom atingiram 34 mil, elevando, em 31 de Março de 2010, a base total de clientes móveis para 385 mil, um aumento de 181,8% face a mesma data do ano anterior. O crescimento de clientes foi atingido num contexto de expansão da cobertura. O MOU móvel decresceu 44,3% para 46 minutos, enquanto o ARPU móvel ficou em 10.3 USD (menos 56,1% face a 1T09), em resultado do forte crescimento da base de clientes no período. No 1T10, a Timor Telecom iniciou o lançamento de serviços 3G e relançou a sua marca comercial.

Demonstrações financeiras consolidadas

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS

TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2010 E 2009

			euros
	Notas	11710	1ТО
RECEITAS			
Prestações de serviços		1645.728.563	1.478.154.58
Vendas		92.436.325	94.977.22
Outras receitas		35.264.269	31.358.21
	5	1.773.429.157	1.604.490.027
CUSTOS, PERDAS E (GANHOS)			
Custos com o pessoal		198.646.557	161.588.118
Custos directos dos serviços prestados		324.158.368	261.342.143
Custos comerciais		277.009.507	262.542.359
Fornecimentos e serviços externos		237.706.741	229.321.920
Impostos indirectos		74.689.637	55.630.56
Provisões e ajustamentos		27.850.691	31.513.883
Amortizações	11	377.777.386	326.171.202
Custos com benefícios de reforma, líquidos	6	17.822.567	22.405.000
Custos de curtailment, líquidos	6	5.178.162	1.845.049
Perdas com a alienação de activos fixos, líquidas		26.094	495.89
Outros custos, líquidos		5.516.525	393.868
		1.546.382.235	1.353.249.995
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	5	227.046.922	251.240.032
CUSTOS E (GANHOS) FINANCEIROS			
Juros, líquidos	5e7	72.841428	72.356.930
Ganhos em empresas participadas, líquidos	5	(38.764.596)	(48.689.508
Outros custos (ganhos) financeiros, líquidos	5e8	1.077.111	(5.237.303
		35.153.943	18.430.119
Resultado antes de impostos		191.892.979	232.809.913
Imposto sobre o rendimento	5e9	62.746.461	55.508.71
RESULTADO LÍQUIDO		129.146.518	177.301.194
Atribuível a interesses minoritários		28.830.770	10.903.21
Atribuível a accionistas da Portugal Telecom	10	100.315.748	166.397.979
Resultado líquido por acção			
Básico	10	0,11	0,1
Diluído	10	0,11	0,1

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL

TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2010 E 2009

			euros
	Notas	1Т10	1Т09
Resultados consolidados reconhecidos directamente no capital própr	rio		
Ajustamentos de conversão cambial (i)		204.882.473	228.452.979
Benefícios de reforma			
Perdas actuariais líquidas	6	(2.450.887)	(73.012.436)
Efeito fiscal	9	649.485	19.348.296
Instrumentos financeiros			
Derivados de cobertura			
Variação no valor de mercado		(3.003.701)	(423.128)
Transferências para resultados		958.309	147.054
Efeito fiscal		542.029	73.160
Outros custos (ganhos) reconhecidos directamente no capital próprio, líquidos		516.318	(699.491)
		202.094.026	173.886.434
Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados		129.146.518	177.301.194
Total dos resultados reconhecidos		331.240.544	351.187.628
Atribuível a interesses minoritários		82.343.747	66.555.364
Atribuí vel aos accionistas da Portugal Telecom		248.896.797	284.632.264

⁽i) Os ganhos registados nos trimestres findos em 31de Março de 2010 e 2009 estão relacionados essencialmente com a valorização do Real face ao Euro.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA

31 DE MARÇO DE 2010 E 31 DE DEZEMBRO DE 2009

			euros
	Notas	31Mar 2010	31Dez 200
ACTIVO			
Activo corrente			
Caixa e equivalentes de caixa		2.121.744.600	1449.516.54
Investimentos de curto prazo		15.285.317	26.867.25
Contas a receber		1.663.650.187	1568.572.06
Existências		213.142.706	239.877.32
Impostos a recuperar		261.765.059	254.765.52
Custos diferidos		238.437.161	137.262.52
Outros activos correntes		30.165.860	22.19136
Total do activo corrente		4.544.190.890	3.699.052.615
Activo não corrente			
Impostos a recuperar		194.844.803	196.429.46
Investimentos financeiros		669.745.288	614.095.97
Activos intangíveis	11	4.133.374.830	4.046.670.21
Activos tangíveis	11	4.871.965.475	4.862.214.77
Benefícios de reforma	6	1.330.598	67.588.59
Activos por impostos diferidos	9	1.039.590.764	1019.511.128
Outros activos não correntes		367.522.033	325.643.56
Total do activo não corrente		11.278.373.791	11.132.153.716
Total do activo		15.822.564.681	14.831.206.331
PASSIVO			
Passivo corrente			
Dívida de curto prazo	12	795.591791	494.53190
Contas a pagar		1.196.614.855	1.335.127.37
Acréscimos de custos		620.509.856	636.89138
Proveitos diferidos		395.527.458	417.777.93
Impostos a pagar		329.154.915	293.89136
Provisões		80.820.618	77.815.86
Outros passivos correntes		155.030.180	142.370.84
Total do passivo corrente		3.573.249.673	3.398.406.670
Passivo não corrente			
Dívida de médio e longo prazo	12	7.001.229.557	6.551.516.12
Impostos a pagar		67.034.400	59.217.42
Provisões		109.730.798	102.629.79
Benefícios de reforma	6	1.550.485.685	1558.341.52
Passivos por impostos diferidos	9	514.002.540	482.219.973
Outros passivos não correntes		308.038.203	294.105.452
Total do passivo não corrente		9.550.521.183	9.048.030.284
Total do passivo		13.123.770.856	12.446.436.954
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital social		26.895.375	26.895.37
Acções próprias		(178.071827)	(178.071827
Reserva legal		6.773.139	6.773.13
Reserva de acções próprias		6.970.320	6.970.32
Reserva de reavaliação		710.785.421	722.108.13
Outras reservas e resultados acumulados		977.908.949	732.832.98
Capital próprio excluindo interesses minoritários		1.551.261.377	1.317.508.122
nteresses minoritários		1.147.532.448	1067.26125
Total do capital próprio		2.698.793.825	2.384.769.377
the training of the control of the c		15.822.564.681	14.831.206.331

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2009 E 2010

									euros
							Capital pró prio,		
						Outras reservas	excluindo		
	Capital	Acções	Reserva	Reserva de	Reserva de	e resultados	interesses	Interesses	Total do
	social	próprias	legal	acções próprias	reavaliação	acumulados	minoritários	minoritários	capital pró prio
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	26.895.375	(178.071.827)	6.773.139	6.970.320	790.686.788	(421.227.368)	232.026.427	964.210.395	1.196.236.822
Dividendos (Nota 10)	-	-	-	-	-	(503.626.688)	(503.626.688)	(41622.835)	(545.249.523)
Aquisições, alienações e aumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	12.045.978	12.045.978
Resultados reconhecidos directamente no capital próprio	-	-	-	-	(11.370.516)	129.604.801	118.234.285	55.652.149	173.886.434
Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados	-	-	-	-	-	166.397.979	166.397.979	10.903.215	177.301194
Saldo em 31 de Março de 2009	26.895.375	(178.071.827)	6.773.139	6.970.320	779.316.272	(628.851.276)	13.032.003	1.001.188.902	1.014.220.905

									euros
							Capital próprio,		
						Outras reservas e	excluindo		
	Capital	Acções	Reserva	Reserva de	Reserva de	resultados	interesses	Interesses	Total do
	social	próprias	legal	acções próprias	reavaliação	acumulados	minoritários	minoritários	capital pró prio
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	26.895.375	(178.071.827)	6.773.139	6.970.320	722.108.135	732.832.980	1.317.508.122	1.067.261.255	2.384.769.377
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(10.738.920)	(10.738.920)
Aquisições, alienações e aumentos de capital (Nota 2)	-	-	-	-	-	-	-	8.666.366	8.666.366
Impacto fiscal relativo à componente de capital do empréstimo									
obrigacionista convertível (Nota 9)	-	-	-	-	-	(15.143.542)	(15.143.542)		(15.143.542)
Resultados reconhecidos directamente no capital próprio	-	-	-	-	(11322.714)	159.903.763	148.581049	53.512.977	202.094.026
Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados	-	-	-	-	-	100.315.748	100.315.748	28.830.770	129.146.518
Saldo em 31 de Março de 2010	26.895.375	(178.071.827)	6.773.139	6.970.320	710.785.421	977.908.949	1.551.261.377	1.147.532.448	2.698.793.825

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2010 E 2009

			euros
	Notas	1Т10	1ТО
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		1962.456.646	1.842.990.693
Pagamentos a fornecedores		(1142.915.619)	(1110.413.673
Pagamentos ao pessoal		(193.908.857)	(155.413.127
Pagamentos relacionados com o imposto sobre o rendimento	13.a	(32.730.604)	(9.200.469
Pagamentos relacionados com benefícios de reforma	6	32.950.546	(46.782.62
Pagamentos relativos a impostos indirectos, taxas e outros	13.b	(243.961.255)	(148.401772
Fluxos das actividades operacionais (1)		381.890.857	372.779.031
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Aplicações financeiras de curto prazo		13.315.579	6.315.38
Investimentos financeiros		1246.811	150.352
Activos tangíveis e intangíveis		6.651267	1.197.949
Juros e proveitos similares		9.166.136	53.194.788
Dividendos	13.c	52.434.554	68.249.343
Outras actividades de investimento		233.617	1.110.235
		83.047.964	130.218.048
Pagamentos respeitantes a:			
Aplicações financeiras de curto prazo		(1.733.644)	(3.800.868
Investimentos financeiros		(110.000)	(423.106
Activos tangíveis e intangíveis		(332.182.253)	(384.235.978
Outras actividades de investimento		(398.530)	(3.701453
		(334.424.427)	(392.161.405
Fluxos das actividades de investimento (2)		(251.376.463)	(261.943.357
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	13.d	6.471755.056	9.892.765.505
Aumentos de capital e prémios de emissão	13.e	-	12.719.387
Subsídios		1100.570	179.387
Outras actividades de financiamento	13.f	1643.252	19.912.498
		6.474.498.878	9.925.576.777
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	13.d	(5.799.451.701)	(9.650.245.372
Amortizações de contratos de locação financeira		(3.628.516)	(4.824.594
Juros e custos similares		(129.227.198)	(183.996.925
Dividendos	13 .g	(13.225.115)	(19.966.110
Outras actividades de financiamento	13.f	(636.396)	(108.440
	C.	(5.946.168.926)	(9.859.141.441
Fluxos das actividades de financiamento (3)		528.329.952	66.435.336
		020.020.002	53.455.550
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.449.516.549	1010.655.198
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		658.844.346	177.271.010
Efeito das diferenças de câmbio		13.383.705	30.584.76
Elono dao ambiolipao de dallibio		D.000.100	00.00-4.70

Portugal Telecom, SGPS, SA

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Em 31 de Março de 2010

(Montantes expressos em euros, excepto quando indicado)

1. Introdução

A Portugal Telecom, SGPS, SA ("Portugal Telecom") e as suas empresas participadas ("Grupo", "Grupo Portugal Telecom", ou "Empresa") prestam serviços de telecomunicações e multimédia em Portugal e no estrangeiro, incluindo o Brasil e África. A natureza dos serviços prestados pelo Grupo não sofreu alterações significativas durante o trimestre findo em 31 de Março de 2010, em comparação com os divulgados no último relatório anual.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para publicação em 5 de Maio de 2010.

2. Bases de apresentação

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade Nº. 34 "IAS 34 Relato Financeiro Intercalar". Estas demonstrações financeiras não incluem toda a informação requerida pelas Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), pelo que devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009. Adicionalmente, são divulgadas no relatório intercdalar de gestão explicações complementares sobre a performance dos proveitos e custos, pelo que estas demonstrações financeiras consolidadas intercalares deverão ser lidas em conjunto com esse relatório de gestão.

Nestas demonstrações financeiras consolidadas intercalares são utilizados os mesmos princípios de consolidação aplicados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do último relatório anual.

No dia 7 de Fevereiro de 2010, a Portugal Telecom, através da Mobitel, S.A. ("Dedic"), empresa que actua no mercado de contact centre no Brasil, celebrou um acordo para a aquisição de uma participação de 100% no capital da GPTI, SA ("GPTI"), empresa brasileira que actua no sector das tecnologias e sistemas de informação, complementando deste modo os serviços prestados pela Dedic. O valor desta transacção inclui: (1) a emissão de acções pela Dedic correspondentes a uma participação financeira de 12,5%; e (2) uma opção concedida ao antigo accionista da GPTI de aumentar ou diminuír a sua participação no capital da Dedic em até 7,5%, em função do desempenho operacional e financeiro da GPTI em 2010 e 2011. Na sequência desta aquisição, concluída a 1 de Março de 2010 através da emissão de acções pela Dedic (data efectiva da aquisição de controlo), o antigo accionista da GPTI passou a deter uma participação financeira de 12,5% na Dedic

Em 1 de Março 2010, o detalhe dos activos líquidos da GPTI que foram consolidados e do goodwill apurado de forma preliminar em resultado da transacção acima referida, é como segue (valores expressos em milhões de euros):

		milhô	es de euros		
	Valor	Ajustamentos a			
	contabilístico	valor de mercado (i)	Justo valor		
ACTIVOS LÍQUIDOS ADQUIRIDOS					
Contas a receber	13,2	-	13,2		
Impostos a recuperar	1,9	-	1,9		
Activos intangíveis	-	2,5	2,5		
Activos tangíveis	0,9	-	0,9		
Outros activos não correntes	0,0	-	0,0		
Dívida de curto prazo	(17,5)	-	(17,5)		
Contas a pagar	(2,5)	-	(2,5)		
Impostos a pagar	(10,7)	-	(10,7)		
Provisões correntes	(4,1)	-	(4,1)		
Dívida de médio e longo prazo	(13,3)	-	(13,3)		
Provisões não correntes	(18)	(0,9)	(2,7)		
Outros passivos	(3,0)	-	(3,0)		
Total dos activos líquidos adquiridos	(36,9)	1,6	(35,3)		
Preço de compra (ii)			13,6		
Goodwill decorrente da diferença entre o preço de compra e os activos líquidos adquiridos					
Ganho relativo ao efeito de diluição no aumento de capital (iii)					
Goodwill total (Nota 11)			46,1		

- (i) Os ajustamentos a valor de mercado dos activos e passivos foram efectuados numa base preliminar, e estão sujeitos a alteração num periodo de 12 meses desde a data de aquisição. Os ajustamentos a valor de mercado nos activos intangíveis estão relacionados com contratos recorrentes celebrados entre a GPTI e determinados clientes. Os ajustamentos a valor de mercado nas provisões não correntes correspondem ao justo valor de determinadas contingências fiscais cujo desfecho é considerado como possível.
- (ii) Tal como mencionado acima, o preço de compra inclui (a) 28,3 milhões de reais (11,4 milhões de euros) correspondentes a 12,5% do justo valor da Dedic à data de aquisição, e (b) 5,4 milhões de reais (2,2 milhões de euros) correspondentes ao justo valor da opção concedida ao antigo accionista da GPTI a 1 de Março de 2010.
- (iii) Em resultado do aumento de capital da Dedic supra mencionado, a Portugal Telecom apurou um ganho de 6,8 milhões de reais (2,8 milhões de euros), o qual resulta da diferença entre a proporção no aumento de capital e o efeito diluição da sua participação no capital da Dedic. Este ganho foi registado a deduzir ao goodwill apurado nesta transacção.

No seguimento da aquisição da GPTI, os interesses minoritários da Dedic ascenderam a 8,7 milhões de euros a 1 de Março de 2010, correspondentes a 12,5% do valor de mercado da Dedic (11,4 milhões de euros) líquido do ganho de 2,8 milhões de euros supra mencionado.

A contribuição da GPTI para os resultados consolidados da Portugal Telecom no trimestre findo em 31 de Março de 2010 foi de 0,1 milhões de euros ao nível do resultado líquido antes de interesses minoritários, incluindo receitas operacionais de 5 milhões de euros. Considerando a GPTI consolidada desde 1 de Janeiro de 2010, os valores pro-forma das receitas operacionais consolidadas e do resultado líquido antes de interesses minoritários da Portugal Telecom, para o trimestre findo em 31 de Março de 2010, são de 1.781 milhões de euros e 124 milhões de euros, respectivamente.

Para além da situação acima referida, não existiram alterações adicionais relevantes no perímetro de consolidação do Grupo no trimestre findo em 31 de Março de 2010.

3. Políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas

As políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas aplicados na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas intercalares são consistentes com os aplicados no último relatório anual da Portugal Telecom.

A interpretação IFRIC 12 Acordos de Concessão tornou-se efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2010, no seguimento da aprovação pela Comissão Europeia a 25 de Março de 2009, e tem aplicabilidade na Portugal Telecom no que diz respeito aos acordos de concessão de certos negócios internacionais que prestam serviços de telecomunicações de rede fixa. A Portugal Telecom encontra-se em processo de avaliação de todos os impactos decorrentes da adopção desta interpretação e, com base nas suas conclusões preliminares, não espera um impacto material nas suas demonstrações financeiras consolidadas.

Com excepção da interpretação supra mencionada, não existiram outras normas, normas revistas ou interpretações que tenham ficado efectivas durante o trimestre findo em 31 de Março de 2010, e cuja adopção é aplicável às demonstrações financeiras da Portugal Telecom.

Adicionalmente, durante o trimestre findo em 31 de Março de 2010, o International *Accounting Standards Board* ("IASB") e o International *Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC") não emitiram novas normas, revisões de normas ou interpretações aplicáveis à Portugal Telecom.

Taxas de Câmbio

Em 31 de Março de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009, os activos e passivos expressos em Reais Brasileiros foram convertidos para Euros com base nas taxas de câmbio de 2,4043 e 2,5113, respectivamente. Durante os trimestres findos em 31 de Março de 2010 e 2009, as demonstrações dos resultados de empresas participadas expressas em Reais Brasileiros foram convertidas para Euros com base nas taxas de câmbio média de 2,4917 e 3,0168, respectivamente.

5. Reporte de segmentos

A identificação dos segmentos operacionais, a qual é consistente com os segmentos apresentados no relatório anual de 31 de Dezembro de 2009, é como segue: (i) Rede fixa (incluindo retalho, serviços a operadores e dados e soluções empresariais); (ii) Móvel Portugal (TMN); e (iii) Móvel Brasil (Vivo).

Nos trimestres findos em 31 de Março de 2010 e 2009, as receitas por segmento operacional e respectiva contribuição para as receitas consolidadas foram como segue:

						euros
			1T 10			1Т09
	Receitas antes de eliminações	Receitas intra-grupo	Receitas intra-grupo	Receitas antes de eliminações	Receitas intra-grupo	Receitas intra-grupo
Receitas relativas aos segmentos reportad	os:					
Rede fixa	488.155.329	(39.314.718)	448.840.611	492.066.183	(37.493.843)	454.572.340
Móvel Portugal - TMN (i)	345.893.884	(13.267.817)	332.626.067	370.061.695	(13.797.890)	356.263.805
Móvel Brasil - Vivo (ii)	883.370.035	(335.629)	883.034.406	703.688.769	(48.916)	703.639.853
Receitas relativas a outras operações	253.978.445	(145.050.372)	108.928.073	209.601001	(119.586.972)	90.014.029
Receitas consolidadas do Grupo		1	.773.429.157		1	604.490.027

⁽i) A redução nas receitas da TMN, numa base individual, é essencialmente explicada por (1) menores receitas de cliente (6 milhões de euros), (2) menores receitas de interligação (6 milhões de euros), em parte devido à redução das tarifas de terminação móvel (2 milhões de euros), e (3)

- menores vendas de equipamentros (7 milhões de euros). A redução nas receitas de clientes ocorreu apesar do aumento nas receitas de clientes pós-pago e de maiores receitas de dados não-SMS, suportadas pelo aumento da penetração de s*marthphones* e placas de banda larga móvel.
- (ii) O aumento das receitas da Vivo no trimestre findo em 31 de Março de 2010, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, foi positivamente impactado pela apreciação do Real face ao Euro, no montante de 154 milhões de euros. Excluindo este efeito, o aumento das receitas da Vivo resultou essencialmente do contínuo crescimento da base de clientes, reflectindo um aumento de 18.2% neste trimestre, e do aumento nas receitas de dados.

Nos trimestres findos em 31 de Março de 2010 e 2009, a reconciliação entre o resultado antes de resultados financeiros e impostos dos segmentos operacionais e o resultado líquido do Grupo é como segue:

		euros
	1T 10	1T09
Resultado antes de resultados financeiros e impostos relativo aos segmentos operacionais:		
Rede fixa (i)	59.511.793	86.150.432
Móvel Portugal - TMN (ii)	109.861.217	120.766.177
Móvel Brasil - Vivo (iii)	49.237.287	36.632.739
Resultado antes de resultados financeiros e impostos relativo a outras operações	8.436.625	7.690.684
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	227.046.922	251.240.032
Menos:		
Juros suportados, líquidos (Nota 7)	72.841.428	72.356.930
Ganhos em empresas associadas, líquidos (iv)	(38.764.596)	(48.689.508)
Outros custos (ganhos) financeiros, líquidos (Nota 8)	1077.111	(5.237.303)
Imposto sobre o rendimento (Nota 9)	62.746.461	55.508.719
Resultado líquido consolidado	129.146.518	177.301.194

- (i) A redução ocorrida no trimestre findo em 31 de Março de 2010, face ao mesmo periodo do ano anterior, está relacionada essencialmente com o continuo esforço no desenvolvimento das ofertas de televisão por subscrição e triple-play, originando (1) maiores custos de programação, (2) um aumento dos custos com as amortizações relacionadas com os investimentos na implementação de serviços IPTV e (3) maiores custos com a aquisição de clientes e custos com serviços de suporte.
- (ii) A redução no resultado antes de resultados financeiros e impostos da TMN foi negativamente impactada pela diminuição nas receitas operacionais, tal como mencionado acima, não obstante o rígido controlo de custos e enfoque na rentabilidade das operações, o que contribuiu para uma redução dos custos operacionais.
- (iii) A melhoria no resultado antes de resultados financeiros e impostos da Vivo foi essencialmente suportada pelo continuo crescimento de clientes, tal como mencionado acima.
- (iv) A diminuição nos ganhos em empresas associadas é explicada essencialmente pelo impacto da depreciação do Kuanza Angolano face ao Euro (7 milhões de euros) e dos resultados da Médi Télécom apropriados pela Portugal Telecom no trimestre findo em 31 de Março de 2009 (2 milhões de euros), cujo investimento foi alienado no final de 2009.

Nos trimestres findos em 31 de Março de 2010 e 2009, os investimentos em activos tangíveis e intangíveis por segmento operacional foram como segue:

		euros
	1Т 10	1T09
Rede fixa	12.385.106	101.358.812
Móvel Portugal - TMN	23.492.695	24.540.407
Móvel Brasil - Vivo	65.988.748	86.555.161
Outros negócios	27.122.617	22.846.490
	228.989.166	235.300.870

A diminuição nos investimentos em activos tangíveis e intangíveis no trimestre findo em 31 de Março de 2010 é explicado essencialmente por:

 Um aumento dos investimentos no negócio da rede fixa (11 milhões de euros) relacionado com a implementação da rede FTTH, uma tecnologia de futuro que permite o aumento de largura de banda para clientes residenciais e empresariais, e com o investimento na implementação de serviços IPTV, em resultado do crescimento de clientes de TV por subscrição;

 Um aumento nos outros negócios (16 milhões de euros), consequência, maioritariamente, dos investimentos realizados no primeiro trimestre de 2010 na expansão da Dedic, o negócio de contact centre e outsourcing da Portugal Telecom no Brasil, incluindo a construção de novos sites.

Estes efeitos foram parcialmente compensados pela diminuição nos investimentos em activos tangíveis e intangíveis na Vivo (21 milhões de euros), apesar do impacto da apreciação do Real face ao Euro durante o período (11 milhões de euros). Assumindo uma taxa de câmbio constante, os investimentos da Vivo diminuiram 37,0% e foram direccionados para: (1) o aumento da capacidade de rede de forma a suportar o acelerado crescimento do tráfego de voz na rede 2G; (2) a expansão da cobertura das redes 3G e 3,5G, e (3) a melhoria da qualidade da rede para continuar a ser a rede mais fiável e de melhor qualidade no Brasil. As redes 3G e 3,5G da Vivo cobrem 594 municípios e mais de 61% da população brasileira.

6. Benefícios de reforma

Em 31 de Março de 2010, a Empresa não obteve um estudo actuarial para reconhecer os benefícios de reforma, pelo que os custos registados durante o trimestre findo em 31 de Março de 2010 baseiam-se no estudo actuarial de 31 de Dezembro 2009, ajustado pelos custos com a redução de efectivos incorridos durante esse período. Durante o trimestre findo em 31 de Março de 2010, não foram efectuadas alterações aos pressupostos actuariais.

Em 31 de Março de 2010, as responsabilidades projectadas com benefícios de reforma (PBO) da Portugal Telecom relativas a pensões e cuidados de saúde ascendiam a 3.049 milhões de euros, e o valor de mercado dos activos dos planos ascendia a 2.293 milhões de euros. Adicionalmente, a Portugal Telecom tem responsabilidades sob a forma de salários devidos a empregados suspensos e pré-reformados no montante de 771 milhões de euros, as quais não estão sujeitas a qualquer requisito legal para efeitos de financiamento. Em 31 de Março de 2010, a Portugal Telecom tinha ganhos com serviços passados não reconhecidos relativos a direitos não vencidos no montante de 23 milhões de euros, pelo que as responsabilidades líquidas com benefícios de reforma registadas na demonstração da posição financeira ascendiam a 1.549 milhões de euros. Durante os trimestres findos em 31 de Março de 2009 e 2010, os movimentos ocorridos nas responsabilidades com benefícios de reforma, líquidas do valor de mercado dos activos dos planos e dos ganhos com serviços passados não reconhecidos, foram como segue:

				euros
	Pensões	Cuidados de saúde	Salários a pré- reformados e empregados suspensos	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	879.812.824	47.745.643	907.735.413	1.835.293.880
Custos com benefícios de reforma do período, líquidos	10.115.250	464.500	11.825.250	22.405.000
Custos com o programa de redução de efectivos	-	-	827.199	827.199
Perdas actuariais, líquidas	61438.528	11.573.908	-	73.012.436
Pagamentos, contribuições e reembolsos	(275.927)	(6.897.865)	(38.590.979)	(45.764.771)
Saldo em 31 de Março de 2009	951.090.675	52.886.186	881.796.883	1.885.773.744

	Pensões	Cuidados de saúde	Salários a pré- reformados e empregados suspensos	euros Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	764.851.062	(65.540.099)	791.441.962	1.490.752.925
Custos com benefícios de reforma do período, líquidos	8.981.006	(1060.939)	9.902.500	17.822.567
Custos com o programa de redução de efectivos	-	-	4.660.758	4.660.758
Perdas (ganhos) actuariais, líquidos	3.820.756	(1369.869)	-	2.450.887
Pagamentos, contribuições e reembolsos	(487.553)	69.294.052	(35.338.549)	33.467.950
Saldo em 31 de Março de 2010	777.165.271	1.323.145	770.666.671	1.549.155.087

Alguns planos de benefícios de reforma apresentam posições excedentárias, pelo que são apresentados na demonstração da posição financeira separadamente dos saldos daqueles planos com posição deficitária. Em 31 de Março de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, o valor líquido das responsabilidades com benefícios de reforma foi reconhecido na demonstração da posição financeira como segue:

		euros
	31 M ar 2010	31 Dez 2009
Planos de pensões com uma posição deficitária	778.495.869	766.130.901
Salários a pré-reformados e empregados suspensos	770.666.671	791441962
Planos de cuidados de saúde com uma posição deficitária	1323.145	768.658
Planos com uma posição deficitária	1.550.485.685	1.558.341.521
Planos de pensões com uma posição excedentária	(1330.598)	(1279.839)
Planos de cuidados de saúde com uma posição excedentária	-	(66.308.757)
Planos com uma posição excedentária	(1.330.598)	(67.588.596)
	1.549.155.087	1.490.752.925

O detalhe dos custos com benefícios de reforma nos trimestres findos em 31 de Março de 2010 e 2009 é como segue:

		euros
	1T 10	1T 0 9
Custos com benefícios de reforma, líquidos		
Custo com o serviço do período	2.037.022	1.706.250
Custo financeiro do período (i)	50.510.961	54.075.500
Rendimento estimado dos fundos (ii)	(34.241330)	(32.903.500)
Amortização de ganhos com serviços passados	(484.086)	(473.250)
	17.822.567	22.405.000
Custos de curtailment, líquidos		
Programa de redução de efectivos	4.660.758	827.199
Pagamentos por cessação de contratos de trabalho	517.404	1.017.850
	5.178.162	1.845.049

- (i) A redução no custo financeiro é explicada principalmente (1) pela diminuição nas responsabilidades não financiadas em 2009, no seguimento da suspensão do programa de redução de efectivos, e (2) pela redução na taxa de desconto em Dezembro de 2009 de 5,75% para 5,5%.
- (ii) O aumento na rentabilidade estimada dos activos dos planos resultou essencialmente do aumento ocorrido no valor de mercado dos fundos no exercício de 2009, em resultado do desempenho positivo dos activos dos fundos e das contribuições para os fundos de pensões.

As perdas actuariais líquidas reconhecidas nos trimestres findos em 31 de Março de 2010 e 2009, as quais ascenderam a 2.450.887 euros e 73.012.436 euros, respectivamente, resultam da diferença entre a rentabilidade estimada e a rentabilidade real dos activos dos planos. Nos trimestres findos em 31 de Março de 2010 e 2009, a rentabilidade real dos activos, numa base trimestral, foi positiva em 1,4% e negativa em 1,9%, respectivamente, sendo que o pressuposto actuarial corresponde a uma rentabilidade positiva de 1,5% por trimestre.

Os fluxos de caixa relacionados com benefícios de reforma nos trimestres findos em 31 de Março de 2010 e 2009 foram como segue:

		euros
	1T 10	1T 0 9
Reembolso relacionado com o excesso de financiamento do plano de saúde	(75.000.000)	-
Pagamentos de salários a pré-reformados e suspensos	35.338.549	38.590.979
Despesas com cuidados de saúde	5.705.948	6.897.865
Pagamentos por cessação de contratos de trabalho	517.404	1017.850
Pagamentos de benefícios de pensões	219.774	-
Contribuições para os fundos de pensões	267.779	275.927
	(32.950.546)	46.782.621

7. Juros suportados líquidos

Nos trimestres findos em 31 de Março de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição (Nota 5):

		euros
	π10	1Т09
Juros suportados		
Relacionados com empréstimos obtidos e instrumentos financeiros	89.444.597	145.035.476
Outros	3.739.132	2.673.548
Juros obtidos		
Relacionados com caixa e investimentos de curto prazo e instrumentos financeiros	(15.016.107)	(69.686.553)
Outros (i)	(5.326.194)	(5.665.541)
	72.841.428	72.356.930

⁽i) Esta rubrica inclui essencialmente juros de mora relacionados com pagamentos em atraso de clientes, e também juros obtidos relativos a impostos a recuperar de médio e longo prazo da Vivo.

Os juros suportados líquidos mantiveram-se estáveis no trimestre findo em 31 de Março de 2010, quando comparado com o mesmo período do ano anterior. A redução da dívida média entre os dois períodos foi compensada pelo impacto do aumento do custo médio da dívida da Portugal Telecom, reflectindo um aumento nos negócios domésticos parcialmente compensado pela redução do custo médio da dívida no Brasil, no seguimento da reestruturação da dívida relacionada com a aquisição das licenças 3G ocorrida em 2009.

8. Outros custos (ganhos) financeiros líquidos

Nos trimestres findos em 31 de Março de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição (Nota 5):

		euros
	1T 10	1Т09
Derivados não classificados como de cobertura (i)	(21883)	(4.326.192)
Perdas (ganhos) com variações cambiais, líquidos (ii)	(3.043.560)	(6.314.040)
Outros, líquidos (iii)	4.142.554	5.402.929
	1.077.111	(5.237.303)

- (i) Esta rubrica refere-se à variação no valor de mercado de determinados instrumentos financeiros derivados cambiais. O ganho registado nesta rubrica no trimestre findo em 31 de Março de 2009 é explicado, essencialmente, pelo impacto da apreciação do Dólar face ao Euro durante o período em instrumentos financeiros cambiais, os quais foram subsequentemente liquidados em Abril de 2009.
- (ii) Nos trimestres findos em 31 de Março de 2010 e 2009, esta rubrica inclui ganhos com variações cambiais decorrentes, essencialmente, do impacto da apreciação do Dólar face ao Euro em activos denominados em Dólares, nomeadamente relacionados com dividendos a receber da Unitel.

(iii) Esta rubrica inclui, essencialmente, custos com serviços bancários e comissões, descontos financeiros líquidos e outros custos de financiamento.

9. Imposto sobre o rendimento

Durante o trimestre findo em 31 de Março de 2010, não ocorreram alterações significativas na legislação fiscal aplicável à Portugal Telecom, com excepção da alteração mencionada abaixo relativa ao efeito fiscal sobre as obrigações convertíveis. Nos trimestres findos em 31 de Março de 2010 e 2009, a reconciliação entre as taxas nominal e efectiva de imposto é como segue:

		euros
	1Т 10	П09
Resultado antes de impostos	191.892.979	232.809.913
Taxa nominal de imposto	26,5%	26,5%
	50.851.639	61.694.627
Diferenças permanentes (i)	14.995.255	4.401.493
Excesso de estimativa para impostos do exercício anterior	(4.551.107)	(6.341749)
Taxas de imposto diferenciadas	3.787.548	2.365.264
Provisões para contingências fiscais relativas a imposto sobre o rendimento	310.769	115.622
Prejuízos fiscais reportáveis de exercícios anteriores	-	(3.507.560)
Outros	(2.647.643)	(3.218.978)
	62.746.461	55.508.719
Imposto sobre o rendimento (Nota 5)		
Imposto corrente	59.279.944	57.897.203
Imposto diferido	3.466.517	(2.388.484)
	62.746.461	55.508.719

⁽i) A alteração nesta rubrica é explicada essencialmente por um aumento nas despesas não dedutiveis fiscalmente, nomeadamente relacionadas com amortizações registadas pela Vivo e encargos com juros suportados por outras subsidiárias.

O aumento nos activos por impostos diferidos reconhecidos na demonstração da posição financeira é explicado essencialmente (1) pelo impacto dos ajustamentos de conversão cambial no montante de 19.489.174 euros, os quais estão relacionados fundamentalmente com a apreciação do Real face ao Euro, e (2) pelo impacto fiscal das perdas actuariais registadas no trimestre findo em 31 de Março de 2010, o qual foi incluído na demonstração do rendimento integral e ascendeu a um ganho de 649.485 euros.

O aumento nos passivos por impostos diferidos reconhecidos na demonstração da posição financeira é explicado essencialmente (1) pelo impacto dos ajustamentos de conversão cambial no montante de 13.155.697 euros, os quais estão relacionados fundamentalmente com a apreciação do Real face ao Euro bem como do Dólar face ao Euro, e (2) pelo registo de um imposto diferido passivo no montante de 15.143.542 euros, o qual foi reconhecido directamente no capital próprio e correspondente ao efeito fiscal associado à componente de capital das obrigações convertíveis emitidas pela Portugal Telecom em 2007. O reconhecimento deste imposto diferido passivo resulta das alterações ocorridas na legislação fiscal portuguesa em 2010.

10. Resultados por acção e dividendos

Os resultados por acção para os trimestres findos em 31 de Março de 2010 e 2009 foram calculados como se segue:

			euros
		1T 10	1Т09
B # 1 # 11 4 11 4 1 1 1 1 1 1 1 B 4 1 1 T 1		400 O 45 = 40	400.007.070
Resultado líquido atribuível a accionistas da Portugal Telecom	(1)	100.315.748	166.397.979
Juros das obrigações convertíveis (líquido de imposto)	(2)	7.093.963	7.500.821
Resultado líquido considerado para efeitos do cálculo do resultado líquido por acção diluído	(3)	107.409.711	173.898.800
Número médio de acções ordinárias em circulação no período	(4)	875.872.500	875.872.500
Efeito das obrigações convertíveis		64.655.173	64.655.173
	(5)	940.527.673	940.527.673
Resultado líquido por acção atribuível a accionistas da Portugal Telecom			
Básico	(1)/(4)	0,11	0,19
Diluído	(3)/(5)	0,11	0,18

Na Assembleia Geral Anual da Portugal Telecom de 16 de Abril de 2010, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração de distribuição de um dividendo por acção de 57,5 cêntimos de Euro relativo ao exercício de 2009, no total de 503.626.688 euros a serem pagos no dia 14 de Maio de 2010.

Na Assembleia Geral Anual da Portugal Telecom de 27 de Março de 2009, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração de distribuição de um dividendo por acção de 57,5 cêntimos de Euro relativo ao exercício de 2008, tendo sido pago um dividendo total de 503.626.688 euros em Abril de 2009.

11. Activos tangíveis e intangíveis

Em 31 de Março de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, os saldos dos activos tangíveis e intangíveis são como se segue:

		euros
	31M ar 2010	31Dez 2009
Activos tangíveis	4.871965.475	4.862.214.772
Activos intangíveis		
Licenças e outros direitos	2.865.553.503	2.844.995.384
Goodwill	1250.231041	1.162.224.812
Outros activos intangíveis	17.590.286	39.450.023
	4.133.374.830	4.046.670.219
	9.005.340.305	8.908.884.991

O aumento no valor contabilístico dos activos tangíveis e intangíveis é explicado essencialmente por: (1) investimentos em activos tangíveis e intangíveis efectuados no período, no montante de 228.989.166 euros (Nota 5); (2) ajustamentos de conversão cambial positivos no montante total de 202.025.066 euros, os quais se referem basicamente ao impacto da apreciação do Real face ao Euro durante o período; e (3) o goodwill registado em resultado da aquisição da GPTI no montante de 46.118.894 euros (Nota 2). Estes efeitos foram parcialmente compensados pelos custos com amortizações registados no trimestre findo em 31 de Março de 2010, no montante de 377.777.386 euros.

Durante os trimestres findos em 31 de Março de 2010 e 2009, os custos com amortizações e os investimentos em activos tangíveis (Nota 5) consolidados foram como segue:

		euros
	П 10	П09
Amortizações		
Activos tangíveis	284.629.152	243.036.966
Activos intangíveis	93.148.234	83.134.236
	377.777.386	326.171.202
Investimentos em activos tangíveis e intangíveis		
Activos tangíveis	208.122.953	175.082.583
Activos intangíveis	20.866.213	60.218.287
	228.989.166	235.300.870

O aumento nos custos com amortizações no trimestre findo em 31 de Março de 2010, face ao mesmo período do ano anterior, reflecte essencialmente maiores contributos: (1) da Vivo, que representou 77% do aumento dos custos consolidados com amortizações, principalmente devido ao impacto da apreciação do Real (36 milhões de euros), e (2) da rede fixa em Portugal, em resultado dos investimentos realizados na implementação do serviço de televisão por subscrição.

Em 31 de Março de 2010, o Grupo tinha assumido compromissos de compra de activos fixos e existências nos montantes de 101 milhões de euros e 55 milhões de euros, respectivamente.

12. Dívida

Em 31 de Março de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, a dívida bruta da Portugal Telecom ascendia, respectivamente, a 7.796.821.348 euros e 7.046.048.028 euros e tinha a seguinte composição:

				euros
		31M ar 2010		31Dez 2009
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos por obrigações convertíveis	-	707.689.835	-	705.558.383
Empréstimos por obrigações não convertíveis	-	4.754.601242	41811014	4.734.508.969
Empréstimos bancários				
Empréstimos externos	304.305.408	1458.274.423	244.145.559	1027.450.534
Empréstimos internos	11.223	-	167.295	-
Outros empréstimos				
Papel comercial	281326.249	-	-	-
Empréstimos externos	45.011	-	47.195	-
Passivo relativo a equity swaps sobre acções próprias	178.071827	-	178.071.827	-
Locação financeira	31832.073	80.664.057	30.289.010	83.998.242
	795.591.791	7.001.229.557	494.531.900	6.551.516.128

Durante o trimestre findo em 31 de Março de 2010, o aumento da dívida bruta está relacionado essencialmente com:

- Programas de papel comercial de curto prazo no âmbito dos quais a Portugal Telecom tinha em divida um montante total de 281 milhões de euros em 31 de Março de 2010, com reembolso em Abril de 2010 e uma taxa de juro média anual de 1,1%. Em 31 de Dezembro de 2009, a Empresa não estava a utilizar qualquer montante no âmbito destes programas;
- A Revolving Credit Facility contratada em 2004 e com maturidade em Junho de 2012, a qual a Portugal Telecom estava a utilizar no montante de 150 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2009 e 300 milhões de euros em 31 de Março de 2010;

- A Revolving Credit Facility contratada em 2003 e com maturidade em Fevereiro de 2011, a qual a Portugal Telecom não estava a utilizar no final de 2009, e em 31 de Março de 2010 estava a utilizar um montante de 155 milhões de euros;
- A Revolving Credit Facility contratada em 2004 e com maturidade em Outubro de 2011, a qual a Portugal Telecom não estava a utilizar no final de 2009, e em 31 de Março de 2010 estava a utilizar um montante de 100 milhões de euros; e
- O impacto de apreciação do Real face ao Euro no trimestre findo em 31 de Março de 2010 (42 milhões de euros).

Durante o trimestre findo em 31 de Março de 2010, a Portugal Telecom não emitiu novos empréstimos obrigacionistas cotados ou obrigações convertíveis, nem amortizou os que se encontravam em dívida em 31 de Dezembro de 2009. Adicionalmente, com excepção do acima referido, a Portugal Telecom não contratou novas linhas de crédito significativas nem emitiu obrigações de taxa variável relevantes. Os reembolsos dos empréstimos bancários e da dívida foram efectuados em linha com a maturidade da dívida divulgada no último relatório anual.

O montante não utilizado dos programas de papel comercial contratados pela Portugal Telecom (424 milhões de euros) e o montante das linhas de crédito disponíveis (710 milhões de euros), acrescidos das disponibilidades em caixa e seus equivalentes nas operações domésticas (1.803 milhões de euros), totalizaram 2.937 milhões de euros em 31 de Março de 2010, o que compara com 2.864 milhões de euros do final do ano de 2009.

Durante o trimestre findo em 31 de Março de 2010, não ocorreram alterações significativas nos principais condicionalismos financeiros incluídos nos contratos de dívida, os quais estavam a ser cumpridos a essa data.

13. Demonstração dos fluxos de caixa

- (a) Pagamentos relacionados com o imposto sobre o rendimento O aumento nesta rubrica está relacionado essencialmente com maiores pagamentos da Vivo em resultado da melhoria dos seus resultados.
- (b) Pagamentos relativos a impostos indirectos, taxas e outros Esta rubrica inclui essencialmente pagamentos relacionados com despesas registadas na demonstração dos resultados na rubrica "Impostos indirectos", que compreende principalmente taxas de utilização de espectro pagas pela TMN e pela Vivo, e ainda pagamentos de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) em Portugal. O aumento ocorrido no trimestre findo em 31 de Março de 2010, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, está relacionado, essencialmente, com o aumento do pagamento anual das taxas Fistel por parte da Vivo (40 milhões de euros).
- (c) Recebimento de dividendos Durante os trimestres findos em 31 de Março de 2010 e 2009, os recebimentos provenientes de dividendos são como segue:

		euros
	π10	1Т09
Unitel (i)	44.087.222	60.347.754
CTM	8.347.332	7.887.108
Outras	-	14.481
	52.434.554	68.249.343

(i) Os dividendos recebidos da Unitel no trimestre findo em 31 de Março de 2010 são relativos ao exercicio de 2008, e correspondem a 60 milhões de um total de 150 milhões de dólares, sendo que os restantes 90 milhões de dólares já tinham sido recebidos no quarto trimestre de 2009. Os dividendos recebidos da Unitel no trimestre findo em 31 de Março de 2009 são relativos ao exercício de 2007 e corresponde a 80 milhões de dólares.

(d) Empréstimos – Os recebimentos provenientes de empréstimos obtidos e os reembolsos respeitantes a empréstimos obtidos estão, essencialmente, relacionados com a renovação regular de papel comercial e de outros empréstimos bancários.

No trimestre findo em 31 de Março de 2010, os recebimentos de novos empréstimos obtidos, líquidos dos reembolsos de empréstimos obtidos, ascenderam a 672.303.355 euros e estão relacionados essencialmente com o aumento do nível de utilização do programa de papel comercial de curto prazo e de algumas *credit facilities*, conforme explicado em detalhe na Nota 12.

No trimestre findo em 31 de Março de 2009, os recebimentos de novos empréstimos obtidos, líquidos dos reembolsos de empréstimos obtidos, ascenderam a 242.520.133 euros e incluem essencialmente: (i) obrigações emitidas pela PT Finance no montante de 300 milhões de euros; (ii) *floating rate notes* emitidas pela PT Finance no montante de 50 milhões de euros; e (iii) obrigações emitidas pela Vivo Participações no montante de 35 milhões de euros. Estes efeitos foram parcialmente compensados por compromissos efectuados pela TMN no âmbito da licença de UMTS, pela redução do nível de utilização do programa de papel comercial e pelo reembolso de diversos empréstimos externos obtidos pela Vivo.

- (e) Aumentos de capital e prémios de emissão No trimestre findo em 31 de Março de 2009, esta rubrica refere-se fundamentalmente à contribuição dos accionistas minoritários para um aumento de capital da Vivo Participações ocorrido em Fevereiro de 2009.
- (f) Outras actividades de financiamento No trimestre findo em 31 de Março de 2009, os recebimentos de outras actividades de financiamento respeitam essencialmente à liquidação de derivados de taxa de câmbio pela Vivo.
- (g) Pagamentos de dividendos Nos trimestres findos em 31 de Março de 2010 e 2009, os dividendos pagos foram como segue:

		euros
	π10	1Т09
MTC	12.678.620	-
Vivo	-	19.955.582
Outras	546.495	10.528
	13.225.115	19.966.110

14. Partes relacionadas

a) Empresas associadas e controladas conjuntamente

Os saldos em 31 de Março de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 e as transacções ocorridas durante os trimestres findos em 31 de Março de 2010 e 2009 entre a Portugal Telecom e as empresas associadas e controladas conjuntamente (na parcela referente aos 50% não detidos pelo Grupo Portugal Telecom) são como segue:

						euros	
	Co	ntas a receber	(Contas a pagar	Empréstimos concedidos		
Empresa	31 M ar 2010	31 Dez 2009	31 M ar 2010	31 Dez 2009	31 Mar 2010	31 Dez 2009	
Vivo	20.708.674	21457.605	681434	482.948	-	-	
Outras empresas internacionais:							
Unitel (i)	12.267.270	54.117.992	6.084.875	6.336.992	-	-	
Multitel	5.735.025	5.311.686	490.808	420.208	896.981	892.378	
CTM	217.228	223.513	70.503	61.075	-	-	
Outras	1432.974	1991467	191.875	482.915	-	73.849	
Empresas nacionais:							
Páginas Amarelas	6.490.823	6.329.784	21962.998	23.568.950	-	-	
Caixanet	2.395.014	256.076	-	-	-	-	
PT-ACS	1219.179	469.509	1508.580	540.364	-	-	
Sportinveste Multimédia	957.480	880.605	312.769	404.519	35.318.668	35.318.668	
Outras	13.610.983	8.741400	640.185	936.785	7.245.786	7.249.389	
	65.034.650	99.779.637	31.944.027	33.234.756	43.461.435	43.534.284	

⁽i) Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica inclui dividendos a receber da Unitel no montante de 60 milhões de dólares (Nota 13), os quais foram recebidos no trimestre findo em 31 de Março de 2010.

						euros
_		Custos		Receitas	Jur	os cobrados
Empresa	1T 10	1T 0 9	1T 10	1T 09	1T 10	1T 0 9
Vivo	448.187	-	16.087.116	12.947.203	-	-
Outras empresas internacionais:						
Unitel	2.658.703	1843.375	3.458.840	3.791.132	-	10.354
Multitel	-	82.952	273.068	220.953	-	-
CTM	56.001	42.887	13.513	107.971	-	-
Outras	83.066	334.278	157.173	187.557	-	-
Empresas nacionais:						
Páginas Amarelas	13.794.320	15.366.026	934.767	729.856	-	-
PT-ACS	1475.041	1445.921	120.612	200.501	-	-
Sportinveste Multimédia	314.584	303.389	21815	50.160	25.233	83.470
Caixanet	46.390	43	23.797	2.939.313	-	-
Outras	354.873	402.888	4.191.571	5.087.107	27.586	12.171
	19.231.165	19.821.759	25.282.272	26.261.753	52.819	105.995

Os termos dos acordos comerciais celebrados pela Portugal Telecom e suas empresas subsidiárias com as empresas supra mencionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. As actividades desenvolvidas no âmbito desses acordos comerciais incluem essencialmente:

- Prestação de serviços de call center por parte da Dedic à Vivo; e
- Custos suportados pela PT Comunicações relacionados com os serviços prestados pela empresa Páginas Amarelas no âmbito do contrato existente entre estas duas empresas, ao abrigo do qual a empresa Páginas Amarelas é responsável por produzir, publicar e distribuir as listas telefónicas da PT Comunicações, e também por vender espaço publicitário nas listas telefónicas.

b) Accionistas

Alguns dos principais accionistas da Portugal Telecom são instituições financeiras com as quais são estabelecidos acordos comerciais no curso normal da actividade. Adicionalmente, a Visabeira (empresa que presta serviços ao negócio de rede fixa) e a Controlinveste (empresa de media) também são accionistas da Portugal Telecom. As transacções ocorridas durante o trimestre findo em 31 de Março de 2010 e os saldos nessa data com os principais accionistas da Portugal Telecom são como segue (incluindo IVA):

					euros
Empresa	Vendas e serviços prestados pela Portugal Telecom	Fornecimentos e serviços prestados à Portugal Telecom	Juros obtidos (suportados), líquidos	Contas a receber	Contas a pagar
Caixa Geral de Depósitos	3.450.805	1593.757	945.765	3.498.911	432.763
BES	2.712.297	6.482.170	3.529.219	1371322	1.815.677
Controlinveste	2.217.490	12.423.843	-	1529.082	7.536.691
Visabeira	1391438	21894.592	-	1743.155	10.592.266
Ongoing	96.372	1090.965	-	57.410	1198.669
	9 868 402	43,485,327	4 474 984	8.199.881	21.576.066

Os termos e condições dos acordos comerciais celebrados entre a Portugal Telecom e os seus accionistas são similares aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. As actividades desenvolvidas no âmbito desses acordos comerciais respeitam essencialmente à prestação de serviços de consultoria financeira e seguros por parte das instituições financeiras mencionadas acima.

No âmbito da constituição da Brasilcel, foi celebrada uma parceria estratégica com a Telefónica, segundo a qual a Portugal Telecom pode adquirir até 1,5% do capital social da Telefónica, e esta pode adquirir até 10% do capital da Portugal Telecom. Em 31 de Março de 2010, a Telefónica detinha 10,0% do capital social da Portugal Telecom.

A Portugal Telecom estabeleceu um acordo de *Joint Venture* com a Telefónica que regula a gestão da Vivo e mantém acordos comerciais com algumas empresas da Telefónica relativamente à repartição do tráfego internacional, que têm substancialmente as mesmas condições de acordos similares celebrados com outros operadores.

Os fundos de pensões e cuidados de saúde, os quais foram constituídos para cobrir as responsabilidades com benefícios de reforma (Nota 6), são geridos de acordo com uma política de investimentos definida pela Portugal Telecom. As carteiras de activos dos fundos incluem acções, obrigações e outros investimentos dos nossos accionistas, e também investimentos em imóveis arrendados ao Grupo. Em 31 de Março de 2010, a exposição total desses investimentos à Portugal Telecom, Telefónica, BES e Ongoing ascendia a 343 milhões de euros, 157 milhões de euros, 125 milhões de euros e 76 milhões de euros, respectivamente.

c) Outros

As remunerações auferidas pelos administradores executivos e não executivos da Portugal Telecom nos trimestres findos em 31 de Março de 2010 e 2009, as quais são estabelecidas pela Comissão de Vencimentos, foram as seguintes:

		euros
	П10	1Т09
Administradores executivos	871617	513.653
Administradores não executivos	309.367	316.488
Comissão de Auditoria	124.653	124.653
	1.305.637	954.794

O aumento das remunerações fixas da Comissão Executiva decorre do alargamento desta ocorrido em Março de 2009 de 4 membros para 7 membros.

Nos termos da política de remunerações estabelecida pela Comissão de Vencimentos, os administradores executivos têm direito a auferir uma remuneração variável anual relacionada com a sua performance no ano, a qual é paga no ano seguinte, e uma remuneração variável plurianual associada à performance no exercício das suas funções durante o mandato, a qual é paga no fim desse período. Anualmente, a Portugal Telecom reconhece a especialização destas remunerações variáveis anuais e plurianuais.

Em complemento das remunerações acima referidas, os administradores executivos têm direito a um conjunto de regalias que são utilizadas essencialmente no exercício das suas funções diárias, em linha com uma política transversal ao Grupo. Em 31 de Março de 2010, nenhum membro do Conselho de Administração tinha direito a benefícios de reforma ao abrigo dos planos de pensões da PT Comunicações, e não estava em vigor qualquer programa de pagamentos com base em acções, nem qualquer programa de compensação por término de serviço.

Nos trimestres findos em 31 de Março de 2010 e 2009, as remunerações fixas dos dirigentes do Grupo Portugal Telecom ascenderam a 1,5 milhões de euros.

Um dos administradores não executivos da Portugal Telecom é também gerente da empresa "Heidrick & Struggles - Consultores de Gestão, Lda.", a qual, no curso normal das operações, prestou serviços de consultoria à Portugal Telecom durante o trimestre findo em 31 de Março de 2010, no montante de aproximadamente 0,4 milhões de euros (excluindo IVA).

15. Eventos subsequentes

Não ocorreram nenhuns eventos subsequentes significativos após 31 de Março de 2010 que requeressem ajustamento ou divulgação nestas demonstrações financeiras intercalares